



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
LUCIANA TORRES DE MELLO JATOBÁ

**BRASÍLIA E AS SUAS CIDADES INVISÍVEIS:
a construção do imaginário de uma cidade-patrimônio**

Brasília - DF

2014

LUCIANA TORRES DE MELLO JATOBÁ

**BRASÍLIA E AS SUAS CIDADES INVISÍVEIS:
a construção do imaginário de uma cidade-patrimônio**

Monografia apresentada como requisito básico para
obtenção do título de bacharel em Museologia pela
Faculdade de Ciência da Informação da
Universidade de Brasília.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Ana Lúcia de Abreu Gomes

Brasília - DF

2014

J39b JATOBÁ, Luciana Torres de Mello.

Brasília e as suas cidades invisíveis: a construção do imaginário de uma cidade-patrimônio / Luciana Torres de Mello Jatobá. – Brasília, 2014.

72 f.; 30 cm.

Monografia (Graduação em Museologia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2014.

Orientação: Ana Lúcia de Abreu Gomes.

1. Patrimônio 2. Cidades 3. Brasília 4. Arquitetura moderna
5. Autonomia Política do DF I. GOMES, Ana Lúcia de Abreu II.
Brasília e as suas cidades invisíveis: a construção do imaginário
de uma cidade-patrimônio

CDU 02



Título: Brasília e as suas Cidades invisíveis: a construção do imaginário de uma cidade-patrimônio.

Aluna: Luciana Torres de Mello Jatobá

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Brasília, 01 de julho de 2014



Ana Lúcia de Abreu Gomes – Orientadora

Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)

Doutora em História Cultural



Ana Elizabete de Almeida Medeiros – Membro

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UnB)

Doutora em Sociologia



Silmara Kuster de Paula Carvalho – Membro

Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)

Mestre em Belas Artes

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Jorge e Andréa,
pelo carinho, apoio e incentivo,
sempre.

AGRADECIMENTOS

À professora Ana Lúcia Abreu pela orientação sempre solícita e dedicada. Pelas observações e referências pertinentes que contribuíram para o resultado deste trabalho. Pelo incentivo e por despertar em mim o fascínio pela área patrimonial.

À Yeda Barbosa, por ter concedido seu tempo e contribuído com o seu depoimento, possibilitando material para este trabalho.

Às professoras Ana Elisabete Medeiros e Silmara Kuster que gentilmente aceitaram o convite para compor a banca deste trabalho de conclusão de curso.

À minha família pela presença atenta e carinhosa em todos os momentos importantes da minha vida. Ao meu pai, Jorge, pelo incentivo aos estudos, pelos (in)cansáveis passeios pela 308 Sul e por me ensinar a ver Brasília de um jeito muito especial. À minha mãe, Andréa, pelo exemplo de dedicação e disciplina, pelo amor imenso. Ao meu irmão, João, pela nossa infância sob os pilotis, desbravando superquadras e caçando cigarras. Aos meus avós, Regina e Roberto, por me ensinarem o valor da memória, o gosto pelas fotos em preto e branco e pelo Frank Sinatra. A eles e a elas, todo o meu amor e admiração.

Aos amigos queridos que a universidade me proporcionou: Bárbara Aquino, Túlio Amaral e Gabriel Melo, obrigada pela amizade, pelo crescimento, pelas viagens e por todos os momentos inesquecíveis compartilhados nesses cinco anos.

Às amigas da vida toda e para a vida toda: Lorena Figueiredo, Marcella Fernandes, Isabella Carrazza, Luísa Leite, Ana Paula Jacob, Júlia Vilhena, Joana Hardman, Ariadne Santiago, agradeço por serem partes fundamentais do amor que sinto por essa cidade.

EPÍGRAFE

Ândria foi construída com tal arte que cada uma de suas ruas segue a órbita de um planeta e os edifícios e os lugares públicos repetem a ordem das constelações e a localização dos astros mais luminosos: Antares, Alpheratz, Capela, as Cefeidas. O calendário da cidade é regulado de modo que trabalhos e ofícios e cerimônias se disponham num mapa que corresponde ao firmamento daquela data: assim, os dias na terra e as noites no céu se espelham.

Mediante minuciosa regulamentação, a vida da cidade flui com a calma do movimento dos corpos celestes e adquire a necessidade dos fenômenos não sujeitos ao arbítrio humano. Aos cidadãos de Ândria, louvando-lhes a laboriosa fabricação e bem-estar do espírito, fui levado a declarar:

— Compreendo bem como vocês, sentindo-se parte de um céu imutável, engrenagens de um meticuloso mecanismo, evitem fazer em sua cidade e em seus costumes a mais ligeira mudança. Ândria é a única cidade que conheço à qual convém permanecer imóvel no tempo.

Olharam-se pasmos.

— Mas por quê? E quem disse? — E conduziram-me até uma rua suspensa recentemente aberta sobre um bosque de bambus, um teatro de sombras em construção no lugar do canil municipal, agora transferido para os pavilhões do antigo lazareto, abolido por estarem curados os últimos empestados, e, recém-inaugurados, um porto fluvial, uma estátua de Talete, um tobogã.

— E essas inovações não perturbam o ritmo astral da cidade? — perguntei.

— A correspondência entre a nossa cidade e o céu é tão perfeita — responderam —, que cada mudança em Ândria comporta alguma novidade nas estrelas. — Os astrônomos perscrutam com os telescópios depois de cada mudança que acontece em Ândria e assinalam a explosão de uma nova, ou a passagem do laranja para o amarelo de um ponto remoto do firmamento, a expansão de uma nebulosa, a curvatura de uma espiral da Via Láctea. Cada mudança implica uma cadeia de outras mudanças, tanto em Ândria como nas estrelas: a cidade e o céu nunca permanecem iguais.

Do caráter dos habitantes de Ândria, duas virtudes merecem ser recordadas: a confiança em si mesmos e a prudência. Convictos de que cada inovação na cidade influi no desenho do céu, antes de qualquer decisão calculam os riscos e as vantagens para eles e para o resto da cidade e dos mundos.

*Italo Calvino
As cidades invisíveis*

RESUMO

Este trabalho busca analisar o porquê de Brasília já ter nascido sob a concepção de cidade-patrimônio, apresentando como se deu a trajetória da construção do patrimônio cultural de Brasília a partir do processo de consolidação da arquitetura moderna no Brasil e do trabalho pioneiro desenvolvido pelo Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Brasília. Este foi articulado no início da década de 1980, quando Brasília formava a sua primeira geração de brasilienses, com o objetivo de propor um plano de preservação dinâmico cuja abordagem era baseada nas transformações e ressignificações às quais estão sujeitas as cidades e seus bens culturais por habitarem indivíduos, detentores de desejos e memórias. O diferencial metodológico do GT-Brasília estava na contemplação da opinião pública e na participação da sociedade civil para elaboração conjunta das primeiras diretrizes de preservação para a cidade. Além disso, havia a compreensão de que Brasília abarcava todo o Distrito Federal. Nesse sentido, o GT buscou desenvolver seus estudos para além do conjunto urbanístico do Plano Piloto, mirando-se sobre a história que antecedeu a fundação da nova capital, contemplando os bens culturais representativos para os acampamentos pioneiros, para as fazendas e os núcleos urbanos vernaculares. A pesquisa pretende trazer para a atualidade reflexões sobre a importância de se propor uma gestão patrimonial democrática, que considere a participação ativa da sociedade civil para que as relações de pertencimento, de identidade e de alteridade continuem a se manifestar em nosso espaço urbano. O texto é permeado pela literatura de Italo Calvino, *As cidades invisíveis*, que traz um olhar sensível sobre as narrativas que são construídas nas e sobre as cidades, espaços de subjetividades e por isso de (trans)formação de identidades.

Palavras-chave: Patrimônio. Cidades. Brasília. Arquitetura Moderna. Autonomia Política do DF.

RESUMEN

Este trabajo se propone analizar por qué Brasilia nació bajo el concepto de ciudad-patrimonio, presentando como fue la trayectoria de la construcción del patrimonio cultural de Brasilia, desde la consolidación de la arquitectura moderna en Brasil y del trabajo pionero desarrollado por el Grupo de Trabajo para la Preservación del Patrimonio Histórico, Cultural y Natural de Brasilia. Esto se articuló a principios de 1980, cuando Brasilia formaba su primera generación de *brasilienses*, con el objetivo de proponer un plan de preservación dinámico cuyo enfoque era basado en las transformaciones y en las reinterpretaciones que están sujetas las ciudades y sus bienes culturales por habitarlos individuos, portadores de deseos y recuerdos. El diferencial metodológico del GT-Brasilia estaba en la contemplación de la opinión pública y en la participación activa de la sociedad civil para el desarrollo conjunto de las primeras directrices de preservación para la ciudad. Además, había el entendimiento de que Brasília abarcaba todo el Distrito Federal. En ese sentido, el Grupo de Trabajo trató de desarrollar sus estudios más allá del conjunto urbanístico del Plan Piloto, mirando sobre la historia que precedió la fundación de la nueva capital y contemplando los bienes culturales representativos para los campamentos pioneros, las granjas y los núcleos urbanos vernaculares. La investigación tiene como objetivo traer a la actualidad, reflexiones sobre la importancia de proponer la gestión democrática del patrimônio cultural, que considere la participación activa de la sociedad civil para que las relaciones de pertenencia, identidad y alteridad continúan manifestándose en nuestro espacio urbano. El texto está permeado por la literatura de Italo Calvino, *Las ciudades invisibles*, que trae una mirada sensible a las narrativas que se construyen en y sobre las ciudades, espacios de subjetividades y, por eso, de (trans) formación de identidades.

Palabras-clave: Patrimonio. Ciudades. Brasília. Arquitectura Moderna. Autonomía Política del DF.

LISTA DE SIGLAS

CEI	Campanha de Erradicação de Invasões
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CLS	Comércio Local Sul
CNDU	Conselho Nacional do Desenvolvimento Urbano
CODEPLAN	Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EPTG	Estrada Parque Taguatinga
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
GDF	Governo do Distrito Federal
GT Brasília	Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Brasília
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MÊS	Ministério da Educação e Saúde
MinC	Ministério da Cultura
Minter	Ministério do Interior
MUDB	Setor de Mansões Urbanas Dom Bosco
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
SPAN	Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 A FUNDAÇÃO DE BRASÍLIA	8
1.1 A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL PARA O CENTRO-OESTE DO BRASIL, UM BREVE HISTÓRICO	8
1.2 A CONSAGRAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL: MÁRIO DE ANDRADE E LÚCIO COSTA	11
1.3 BRASÍLIA, CIDADE-PATRIMÔNIO	21
2 BRASÍLIA, PATRIMÔNIO E SOCIEDADE	28
2.1 O GRUPO DE TRABALHO DE BRASÍLIA	28
2.2 A PESQUISA DE IMAGEM DO PLANO-PILOTO DE BRASÍLIA JUNTO À POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	37
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
APÊNDICE A – IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA E ROTEIRO DE PERGUNTAS	65
ANEXO A – QUESTIONÁRIO PESQUISA DE IMAGEM DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA	66

INTRODUÇÃO

“Agora Fedora transformou o palácio das esferas em museu: os habitantes o visitam, escolhem a cidade que corresponde aos seus desejos, contemplam-na imaginando-se refletidos no aquário de medusas que deveria conter as águas do canal (se não tivesse sido dessecado) (...)” Italo Calvino

O interesse em estudar Brasília foi motivado pela leitura descompromissada de férias de *As cidades invisíveis* de Italo Calvino (1991). O livro gira em torno dos relatos das viagens feitas por Marco Polo, um viajante veneziano, a serviço do imperador mongol Kublai Khan pelas cidades conquistadas do Grande Império. As descrições das cidades feitas pelo viajante são imbuídas de simbologias que refletem sobre as relações humanas, transcendendo a cidade para além do conceito geográfico. “(...) descobrimos, na jornada de Marco Polo, algumas vivências próprias de viajantes: as cidades são agora espaços desfocados no tempo e na lembrança. São imagens entre sensações, recontadas a partir de uma matriz: Veneza. Teremos nós uma matriz a partir da qual modelamos todos os espaços, as cidades que visitamos e os sonhos que almejamos?” (CASTRO, 2007, p. 222). A partir de experiências pessoais, o enredo do livro me permitiu fazer associações imediatas com Brasília, a minha matriz; por ser a cidade onde nasci e cresci comecei a refletir sobre o quanto de nós está presente nos lugares e vice-versa. Quando falamos sobre as cidades, refletimos sobre nós mesmos; sobre os nossos sonhos, sobre os nossos anseios e desejos, sobre as nossas lembranças. Damos forma a esses sentimentos e os espacializamos. As cidades do livro são imaginadas, simbologias que demarcam o lugar da memória e das raízes de seus habitantes. As metáforas de Ítalo Calvino fazem alusão às experiências sensíveis provocadas pelo enlace entre a cidade e o indivíduo, apresentadas no livro sob a perspectiva de onze qualidades que norteiam Marco Polo e caracterizam as cidades visitadas: a memória, o desejo, os símbolos, o delgado, as trocas, os olhos, os nomes, os mortos, o céu, o contínuo e o oculto (CASTRO, 2007, p. 226). Optei por ter o livro como pano de fundo de minha monografia para tentar analisar e compreender sob uma perspectiva mais poética como as pessoas vivenciam – espacialmente e afetivamente – Brasília, uma cidade-patrimônio.

O professor e arquiteto Evandro Ziggiatti Monteiro autor do texto *Cidades invisíveis, cidades visitadas. Uma leitura de Italo Calvino para compreender a paisagem urbana*, apresenta uma resenha da obra de Calvino para apontar os motivos de esta ser uma importante

referência para as reflexões e pesquisas acerca do fenômeno urbano. A compreensão de Monteiro (2009) parte de que o livro apresenta três importantes lições. A primeira é evidenciar que o universo urbano está muito além da matéria que o constitui, ele é maleável e inconstante, “é feito de uma matéria não manipulável, rebelde, caprichosa, mas nem por isso menos fascinante.”. A segunda lição é mostrar que o número de cidades possíveis é infinito, pois cada uma se apresenta de forma diferente, seja na configuração de sua paisagem, seja no tipo de construção ou na relação entre seus habitantes. A última pode ser entendida pela compreensão de que as cidades apresentadas no livro são, na verdade, arquétipos. Apresentam características que as tornam únicas, mas que também se aplicam a todas as cidades. Evandro Monteiro explica a que estão relacionados os onze adjetivos que qualificam as cidades, apresentados no primeiro parágrafo. Por exemplo, “As cidades e o nome” diz respeito à identidade e ao sentido de lugar. “As cidades e a memória” a presença do sítio e a influência do passado. “As cidades e o desejo” se relacionam com a motivação inconsciente e a ação sobre a memória. “As cidades e as trocas” com a relação entre os seus habitantes.

Além da leitura de *As cidades invisíveis*, durante o ano que antecedeu a monografia, duas outras referências também foram importantes para a delineação do tema. A primeira foi a leitura do artigo de Sérgio Paulo Rouanet “É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?” , título que alude ao trecho do poema de Ferreira Gullar *Poema sujo – um trecho: Velocidades* (1975):

O homem está na cidade
como uma coisa está em outra
e a cidade está no homem
que está em outra cidade

Rouanet, neste artigo, faz uma breve análise sobre a obra de Walter Benjamin *Trabalho das passagens*, evidenciando o flâneur, um tipo literário criado por Baudelaire. Esta personagem representa um cidadão ao mesmo tempo alheio e imerso na Paris de Haussmann¹; um sujeito que consegue se desvencilhar do ritmo mecânico do dia-a-dia e perceber a metrópole a partir dos fragmentos de sua memória e da consciência onírica coletiva. O flâneur busca “interpretar o sonho do coletivo para montar, na cidade real a cidade dos sonhos, os sonhos que cada um tem, mas que nunca se realizam” (MEDEIROS, 2007, p. 13). Marco Polo também recorre aos fragmentos de sua memória para edificar a cidade perfeita (CASTRO, 2007, p. 224). O olhar

¹ Georges- Eugène Haussmann (1809-1891) foi prefeito de Paris entre 1853 e 1870 e durante a sua gestão desenvolveu uma grande reforma urbana na cidade, entrando para a história do urbanismo mundial.

do flâneur se compara ao olhar de Marco Polo, ambos são errantes, vagam pelas cidades compreendendo-as para além de sua paisagem urbana, indo ao encontro do Outro, do fator humano, que segundo Gullar (1975) é o que sustenta as cidades:

Porque quando todos esses sóis se apagam
 resta a cidade vazia no mesmo lugar
 porque diferentemente do sistema solar
 a esses sistemas não os sustém o sol
 e sim os corpos que em torno dele giram
 (...) E essa é a razão por que
 quando as pessoas se vão
 apagam-se os sóis.

Marco Polo é um flâneur, enxerga nas cidades a ambivalência da realidade objetiva e da realidade onírica: “o homem habita uma cidade real e é habitado por uma cidade de sonho” (ROAUNET, 1992, p.67). Paola Berenstein Jacques, em seu livro *Elogio aos errantes* (2012), tece um elogio aos errantes, àqueles que ainda dominam a prática da experiência urbana da alteridade, que buscam o diferente e vão ao encontro de novas narrativas para a cidade. Para Paola, os errantes apreendem o espaço urbano como um terreno de jogos e de experiências subjetivas e singulares - eles vagam pelas cidades sem destino certo, mas com a intenção clara de errar e de compartilhar o vivido (JACQUES, 2012, p. 23). Os errantes criam a sua própria cartografia e itinerâncias inesperadas. Essa maneira de ver e de explorar as cidades constitui leituras que desviam da história do urbanismo e criam “uma história errante, não linear, que não respeita a cronologia tradicional, uma história do que está na margem, nas brechas, nos desvios, e, sobretudo, do que é ambulante, não está fixo, mas em movimento constante.” (Ibidem, p. 24).

A outra ponte também está associada à experiência do flunar, refiro-me ao filme de Dziga Vertov “O homem com a câmera”. O documentário de 1929 acompanha o cotidiano de Moscou, desde as ruas desertas ao amanhecer ao movimento crescente ao longo do dia. As cenas são filmadas como se observadas por um olhar externo, que capta com beleza as nuances da vida cotidiana que passam despercebidas na correria do dia-a-dia; gestos e detalhes sutis que poetizam o compasso contínuo da rotina. A revolução industrial instituiu uma nova dinâmica urbana, a modernidade trouxe consigo novos estímulos sensoriais para as cidades. Vertov recorta os fragmentos do cotidiano, imprimindo em sua edição, a partir da

sobreposição de imagens, o ritmo acelerado das cidades para mostrar a dinâmica das relações sociais no espaço urbano. O diretor consegue transmitir de forma quase sinestésica os estímulos trocados entre o sujeito e a cidade através da experiência cotidiana.

Apesar dessas referências não dialogarem diretamente com o tema da preservação de Brasília, a qual proponho neste trabalho de conclusão de curso, foram elas que orientaram as minhas ideias. Se são os indivíduos os elementos que significam e ressignificam as cidades, se são seus sentimentos, memórias, histórias e desejos que movem e sustentam a dinâmica urbana, por que nem sempre suas opiniões são contempladas nas decisões que dizem respeito às transformações do espaço em que vivem? Os laços afetivos que criamos com e nas cidades são estabelecidos pela maneira como nos apropriamos de seus espaços:

A cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas entalhes, esfoladuras. (CALVINO, 1990, p. 15)

Segundo Eneida de Almeida “Os temas ‘memória’ e ‘patrimônio cultural’ relacionados entre si configuram uma consciência coletiva de apropriação do passado pelo presente e necessariamente uma perspectiva de transmissão ao futuro, garantida pela ideia de preservação.” (ALMEIDA, 2010, p.42). Pretendo apresentar neste trabalho como se deu a trajetória de consolidação do patrimônio cultural de Brasília e a participação da sociedade civil neste processo, considerando as relações de identidade que são estabelecidas entre o indivíduo e a cidade.

Brasília recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, outorgado pela UNESCO, em 1987. Três anos depois, o tombamento da área composta pelo Plano Piloto, Cruzeiro e Candangolândia foi feito em âmbito federal, consagrando Brasília uma cidade-patrimônio. Em tese, a sociedade civil só tomou conhecimento sobre a inscrição do conjunto urbanístico da cidade no Livro de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN três dias após o tombamento oficial, por meio da publicação da notícia nos principais jornais da cidade (RIBEIRO, 2003, p. 69). Como visto, as medidas oficiais de preservação vieram 30 anos após a inauguração de Brasília, entretanto, veremos, no capítulo 1, que a preocupação com as questões referentes à manutenção e a integridade do plano original da cidade proposto por Lucio Costa já era manifestada desde antes a sua fundação. O mesmo capítulo apresenta uma síntese do processo de consolidação da arquitetura moderna no Brasil e como esta estava ligada à defesa do patrimônio histórico e cultural do país e aos

nomes de Mário de Andrade e de Lucio Costa.

No início da década de 1980, técnicos da extinta Fundação Nacional Pró-Memória e professores da Universidade de Brasília preocupados com as discussões, até então, incipientes acerca da preservação da memória e da identidade da cidade criaram um grupo interinstitucional em parceria com o Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Distrito Federal denominado Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Brasília (GT- Brasília). O Grupo pretendia traçar e definir parâmetros para a política de preservação do patrimônio do Distrito Federal. No capítulo 2, propus analisar à luz, principalmente, da obra de Italo Calvino o dossiê de trabalho do GT - Brasília para compreender de que forma foram feitos os estudos para a elaboração desses parâmetros e articular sobre as lacunas existentes nos diálogos entre o governo e a sociedade civil na construção das políticas públicas para a preservação do conjunto urbanístico de Brasília. A abordagem adotada pelo GT foi bastante ampla, pois compreendia a cidade como todo o Distrito Federal. O Grupo iniciou seus estudos a partir do período que antecedeu a construção da nova capital, debruçando-se sobre a história dos acampamentos de obras, das fazendas e dos núcleos urbanos vernaculares, para posteriormente se deter às pesquisas referentes ao patrimônio contemporâneo e natural da cidade.

Foram quase dez anos de trabalho e, por isso, a documentação existente é bastante extensa. Parte desta, constituída por relatórios, atas de reuniões, artigos, depoimentos, recortes de jornais está concentrada na Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Segundo informações, o Arquivo Público também dispõe de grande volume documental sobre as atividades realizadas pelo GT. Diante da amplidão de fontes e da inviabilidade do tempo estimado para a realização da pesquisa, optamos por apresentar, brevemente, a trajetória do Grupo e trabalhar com a análise dos relatórios referentes à Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília junto à População do Distrito Federal, atividade realizada paralelamente pela equipe técnica do GT para saber como as pessoas que vivenciavam o Plano Piloto o apreendiam. A escolha por esse recorte se justifica, porque a Pesquisa reflete não só sobre as relações do indivíduo com a sua cidade em um momento em que se formava a primeira geração de brasilienses, mas também expõe a preocupação e o ineditismo do Grupo em tratar a questão da preservação junto à população do Distrito Federal.

O acesso ao acervo do GT foi pontuado por algumas dificuldades que comprometeram a execução satisfatória da pesquisa, como a desorganização do acervo – no qual há cópias misturadas com os originais e ausência de etiquetas que identifiquem a documentação de cada caixa - dificultando a identificação das informações necessárias. A greve dos servidores da

Cultura durante o mês de maio e junho também foi um agravante, pois impossibilitou o retorno ao centro de documentação do IPHAN para recolher as informações lacunares.

No Brasil, a década de 1980 trouxe novas compreensões acerca do campo da Museologia. Waldisa Rússio Guarnieri propôs um dos conceitos mais significativos para o desenvolvimento teórico-metodológico da área: o fato museal. Esta compreensão, fundamentada na ideia do fato social de Durkheim, coloca o museu na interface entre o individual e o coletivo, ou seja, o museológico pressupõe uma relação entre o homem e o objeto. Segundo Waldisa, o fato museal “é a relação do homem, sujeito conhecedor, com o objeto, parte da realidade também integrada pelo homem e sobre a qual ele tem poder de agir.” (RÚSSIO apud CARVALHO, 2011, p. 152). Já Teresa Scheiner, no final da década, declara que o museu deve ser entendido como um fenômeno social, “O Museu é pensado, hoje, a partir de sua natureza fenomênica e de sua pluralidade enquanto representação. Não mais como instituição, porém configurado através de relações muito específicas entre o humano e as novas percepções de espaço, tempo, memória e valores culturais.” (CARVALHO, 2011, p. 154). Atualmente, o museu transcende o espaço institucional, pois a compreensão do patrimônio não permanece mais somente no tangível, devido às novas formas de compreender as relações do homem com o tempo, com o espaço e com a matéria. O eixo Museologia e Patrimônio Cultural, presente na estrutura curricular do curso de Museologia da UnB, é o que dialoga diretamente com a temática da pesquisa, pois integra o estudo da Museologia a outros campos do conhecimento, enfocando a Cultura, a Memória e o Patrimônio. A interdisciplinaridade conjecturada por esse eixo me permitirá trabalhar com as relações entre a cidade-patrimônio e o indivíduo. Eneida de Almeida (2010, p. 42) explica como a tríade patrimônio, indivíduo e preservação se relaciona:

Um dos objetivos centrais da ação conservacionista é garantir a compreensão da memória social impregnada na materialidade das coisas produzidas pelos homens e a um só tempo afirmar a noção de identidade e pertencimento dos indivíduos, através da preservação daquilo que for considerado significativo dentro do vasto repertório de elementos componentes do patrimônio cultural.

O interesse em pesquisar o dossiê de trabalho do GT-Brasília foi despertado pela metodologia inovadora adotada pelo Grupo que consistia numa abordagem ampla do patrimônio cultural do Distrito Federal, irrestrita ao Plano Piloto. A intenção inicial do GT era fazer um trabalho que considerasse a opinião pública com a participação de associações de moradores e de organizações não governamentais. A Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília junto à População do Distrito Federal foi um dos recursos utilizados para aproximar

os habitantes do DF de seu patrimônio, para definir quais elementos eram representativos e de reivindicável preservação. Veremos, ao longo deste trabalho, que o Grupo conseguiu articular somente parte de suas propostas junto à população e que os resultados pretendidos, após quase uma década de atividades, não foram plenamente alcançados, tomando outros rumos.

Percebo que muitas pessoas não sabem o porquê de Brasília ser tombada e muito menos quais são as implicações disso no desenvolvimento urbano da cidade, consequência da lacuna de ações governamentais voltadas para a educação patrimonial. Sandra Ribeiro (2003, p. 104) afere que o tombamento da capital partiu de interesses políticos com o objetivo de consagrar Brasília, obra-monumento, a símbolo de uma nação desenvolvida e voltada para o futuro. A participação da sociedade foi muito restrita e os trâmites do processo de tombamento foram feitos rapidamente, justamente para evitar oposições; de um lado a crescente pressão imobiliária que considerava fazer alterações brutais no Plano Piloto, do outro o interesse em preservar áreas que não eram contempladas pelo projeto de Lucio Costa, como “construções e lugares representativos do período heroico da construção da cidade” (CARPINTERO, 2010). Precisamos nos perguntar para quem é o tombamento. A cidade representa parte do que somos, portanto a sociedade civil tem de estar muito bem inserida nas discussões referentes à preservação do meio em que vive, daquilo que a representa e a identifica, afinal a transformação do objeto é sempre também a transformação do sujeito (FORTUNA, 1997, p. 07).

Acredito que o tema proposto seja importante porque reflete em questões atuais, que interferem no futuro de Brasília, enquanto bem cultural. Atualmente, o título de Patrimônio Cultural da Humanidade está em jogo, porque se abrem muitas brechas no cumprimento das leis de proteção vigentes, a cidade já carrega algumas cicatrizes em decorrência disso. Entretanto, existe a necessidade de se pensar um novo plano de preservação para a cidade, que considere o crescimento do DF e as necessidades inerentes a esse processo, mas que zele também pelo direito das pessoas se sentirem parte do meio em que vivem e que não impeça a capacidade de rememoração e a *flânerie*. A minha proposta, ao analisar a documentação do GT-Brasília, é mostrar que apesar da sociedade civil, em determinado momento, ter sido contemplada nas discussões, a sua participação não foi efetivada. Por que a população esteve à margem deste processo? Qual a representatividade do patrimônio cultural de Brasília para a sua população? Quais serão as implicações na relação afetiva que temos com nossa cidade com as interferências que são feitas a revelia da população e que ferem a concepção do projeto de Lucio Costa?

Nas considerações finais foram sistematizadas as questões expostas nos dois capítulos

acerca da preservação do patrimônio cultural de Brasília à luz de Ândria, cidade visitada por Marco Polo a qual inspirou o tema deste trabalho e que traz reflexões sobre os principais pontos aqui investigados. Além disso, expus o interesse em dar continuidade aos possíveis desdobramentos de investigação do tema em um programa de pós-graduação na área de Patrimônio Cultural.

CAPÍTULO 1 - A FUNDAÇÃO DE BRASÍLIA, CIDADE PATRIMÔNIO

“É uma cidade igual a um sonho: tudo que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.” Italo Calvino

1.1 - A transferência da capital para o centro-oeste do país, um breve histórico

Como mencionado, quando li *As cidades invisíveis* pela primeira vez, logo vieram à mente associações com Brasília. Não sei se isto ocorreu por ser a cidade onde nasci e cresci e, portanto, onde estão sedimentadas as minhas referências pessoais, ou por perceber nas peculiaridades de Brasília advindas de seu projeto modernista um quê de cidade imaginada. Certamente, Brasília poderia ser mais uma das cidades, com nome feminino, conquistadas por Kublai Kan. Primeiramente, por ter emergido, simbolicamente, de um sonho, como Zobeide: “Após o sonho partiram em busca daquela cidade; não a encontraram, mas encontraram uns aos outros; decidiram construir uma cidade como a do sonho.” (CALVINO, 1990, p. 45). Depois, por ter sido uma cidade inventada. Os contornos arquitetônicos de Brasília aludem à literatura surrealista de Calvino e a sua lógica urbanística precisa e sistematizada pode ser comparada à Ândria: “construída com tal arte que cada uma de suas ruas segue a órbita de um planeta e os edifícios e os lugares públicos repetem a ordem das constelações e a localização dos astros mais luminosos (...)” (Ibidem, p. 136).

A ideia de transferir a capital do Brasil para o centro do país com o intuito de promover o povoamento, o desenvolvimento e assegurar a posse do interior do país foi proposta por diversos segmentos da sociedade, nem sempre convergentes entre si ainda no século XVIII, embora a proposta tenha sido formalizada apenas na Constituição de 1891. Esta também previa a demarcação de uma área no Planalto Central para a construção da futura capital, os estudos foram precedidos por uma Comissão chefiada por Luiz Cruls², a qual apontou um quadrilátero perpassado pelas três maiores nascentes hidrográficas do Brasil como o local ideal. A dimensão mítica da fundação de Brasília antecede a Constituição de

² Luiz Cruls (1848-1908), astrônomo belga, chegou ao Brasil em 1882 e dirigiu o Observatório Nacional do Rio de Janeiro. Chefiou a missão para demarcação do território estabelecido na Constituição de 1891

1891, ancorando-se no sonho profético de Dom Bosco, santo padroeiro da cidade, quando em 1883, este diz ter sonhado com a Terra Prometida, localizada entre os paralelos 15 e 20, onde 75 anos depois emergiria Brasília – “uma nova civilização”.

Ao final do século XIX até meados do século XX, ações foram tomadas de forma tímida, indicando incertezas e divergências entre autoridades políticas quanto à concretização da mudança da capital para o centro-oeste brasileiro. A proposta era ousada, pois o projeto envolvia grandes riscos econômicos e também a improbabilidade de se finalizar a construção de uma cidade durante um único mandato presidencial. A Constituição de 1946 reiterava a temática da transferência e, posteriormente, esta foi abraçada por Getúlio Vargas, eleito em 1951 pelo voto popular, retomando as políticas de desenvolvimento e reiniciando os estudos sobre a localização da nova capital. Após a sua morte, o Brasil passou por um momento político conturbado, no qual divergências entre liberais e desenvolvimentistas quase embargaram os processos de transferência da capital para o centro-oeste. Juscelino Kubitschek iniciou seu governo em 1956 com o Plano de Metas para o Desenvolvimento Nacional que incluía a construção de Brasília, tornando-se esta a meta síntese de seu governo. O presidente se debruçou, prioritariamente, sobre esta proposta, pois argumentava que a construção de Brasília geraria maior integração nacional e elevaria o desenvolvimento do centro-oeste ao nível do sudeste.

A expectativa gerada em torno da construção de Brasília conferiu à cidade uma dimensão utópica desde antes a sua concepção. Foi atribuída a Brasília a imagem de um futuro imaginado e desejado – a cidade “representava a crítica das condições existentes, daquilo que era inadequado e irrealizado no Brasil” (HOLSTON, 1993, p. 92). A campanha para legitimar a construção de Brasília e persuadir a forte oposição foi bastante idealista, firmando-se na criação de um novo plano governamental e em uma concepção modernista para a cidade (HOLSTON, 1993, p. 27). O seu plano urbanístico e arquitetônico ousado refletiria o imaginário de um país desenvolvido e de uma sociedade de vanguarda.

Em seu livro, *A cidade modernista*, James Holston faz uma crítica às contradições da nova capital. A partir de um trabalho etnográfico, o autor traça um panorama do cenário político e histórico da época que antecede a fundação de Brasília para a compreensão dos paradoxos inerentes ao projeto modernista de Lucio Costa e as teorias desenvolvimentistas do governo JK e os reflexos disso 30 anos após a sua inauguração. O progresso e os bons resultados em relação à política de Juscelino Kubitschek viriam com a construção de Brasília; a cidade seria a causa de todo o desenvolvimento regional - e também nacional - e

não o resultado. O princípio modernista também se apoiava sobre essa lógica, as cidades-modelo dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAM, assunto que adentrarei mais adiante, eram vislumbradas como espaços de transformação social; a arquitetura e o urbanismo modernos seriam os meios para a criação de novas formas de associação coletiva, de hábitos pessoais e de vida cotidiana. (HOLSTON, 1993, p. 37). A cidade modernista também seria a causa de uma nova sociedade. Para Holston, os paradoxos aparecem no conjunto de forças divergentes que propulsionaram Brasília, e afirma que “Brasília foi projetada por um liberal de centro-esquerda, seus prédios foram desenhados por um comunista, sua construção foi feita por um regime desenvolvimentista, e a cidade consolidou-se sob uma ditadura burocrático-autoritária...” (Ibidem, p. 46). Com interesses tão antagônicos, logo o sonho de se elevar uma cidade modelo, com perspectivas sociais mais igualitárias foi se esvaindo em contradições.



JK e Lúcio Costa, 1957. Fonte:
http://www.istoe.com.br/reportagens/66012_OS+TRES+PAIS+DE+BRASILIA

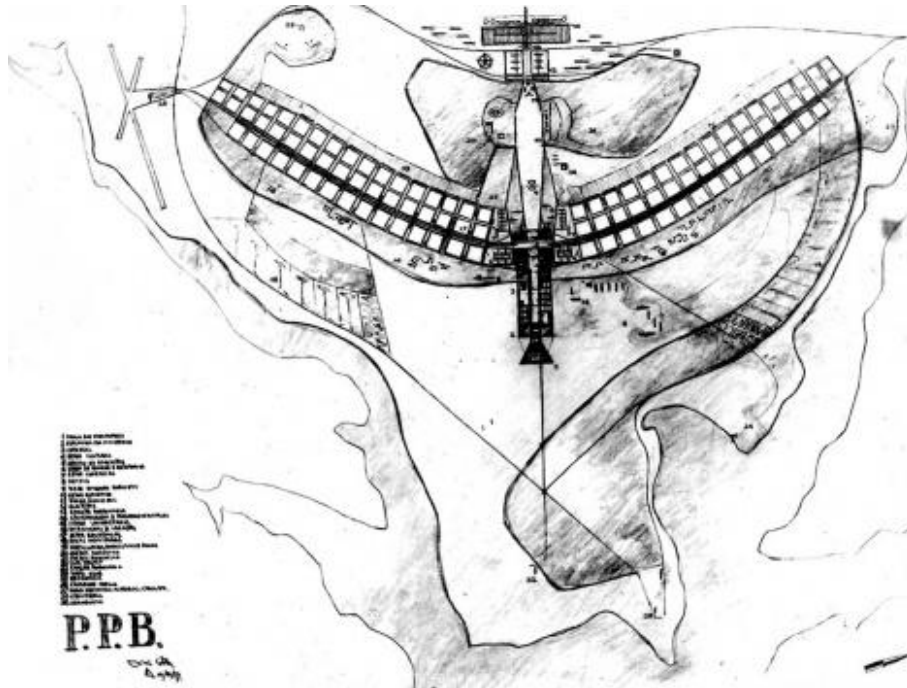
O discurso crítico de Holston sobre Brasília é relevante porque reflete como o entendimento da cidade “não ter dado certo” está arraigada no imaginário de muitos habitantes. No artigo *As representações sociais de Brasília, uma nova perspectiva para o patrimônio moderno*, Lucas Brasil³ aponta, por meio de metodologia específica aplicada entre 2010 e 2011, os principais elementos discursivos que compõe as representações sociais acerca de Brasília e a deturpação do projeto original é uma delas. A crítica sociopolítica abordada por Holston é uma temática recorrente nas produções sobre a história de Brasília e pouco se lê sobre o contexto artístico e cultural da época que consagrou a arquitetura moderna como expressão nacional. Sobre a escolha da concepção arquitetônica de Brasília é legítimo que o viés político e social se sobressaia na literatura existente sobre a fundação de Brasília em relação aos aspectos estético e contemplativo da arquitetura, porque de fato a campanha de JK se apoiava numa transformação social para o país. Com a realidade do país na época, dificilmente Brasília seguiria os caminhos propostos pela política de Juscelino e pelo plano de Lucio, contudo acredito que parte da sociedade brasiliense se nutriu desse sentimento utópico, atribuindo à arquitetura moderna o que não vingou na cidade.

Contudo, não é o foco desta pesquisa tratar sobre os paradoxos envolvidos na fundação de Brasília, por mais que estes nos ajudem a compreender a percepção que os habitantes tem em relação à cidade. Acredito que a singularidade da arquitetura e do urbanismo brasiliense e como estes elementos são apropriados no cotidiano dos habitantes constituem a essência de uma identidade ainda em construção. Por isso, um olhar estético sobre a arquitetura de Brasília, em detrimento de uma abordagem, já recorrente e desgastada, sobre os desvios sociopolíticos sofridos pela cidade traz elementos importantes para discutirmos a preservação de seu conjunto urbanístico. O panorama sobre a constituição da cidade desde os seus primórdios é importante para analisarmos os processos que consagraram a cidade modernista Patrimônio Histórico Nacional e da Humanidade e a representatividade destes títulos para a sua população na época. Brasília foi o projeto mais ousado e grandioso dentro do programa de modernização do país, que ganhou força após a Revolução de 30. O movimento modernista foi a força motriz deste processo e não demorou para que o Estado se apropriasse do ideário vanguardista do movimento para apoiar as bases de seu governo

³ BRASIL, Lucas. Disponível em:

https://www.academia.edu/6735707/AS_REPRESENTACOES_SOCIAIS_DE_BRASILIA_UMA_NOVA_PERSPECTIVA_PARA_O_PATRIMONIO_MODERNO_THE_SOCIAL_REPRESENTATIONS_OF_BRASILIA_A_NEW_PERSPECTIVE_FOR_THE_MODERN_HERITAGE Acesso em: 17 jun. 2014.

progressista. A arquitetura modernista, difundida no Brasil por Lucio Costa, foi o símbolo da afirmação do Brasil enquanto nação voltada para o futuro.



Desenho do Plano Piloto de Brasília, Lucio Costa. Fonte:
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.125/3629>

1.2 - A consagração da Arquitetura Moderna no Brasil: Lucio Costa e Mário de Andrade

Brasília já nasceu cidade-patrimônio, termo que articulo mais adiante. A preocupação com a preservação de seu conjunto arquitetônico e urbanístico antecede em algumas décadas o tombamento nacional outorgado pelo IPHAN em 1990. É preciso remontar às primeiras décadas do século XX para compreender porque foram pensadas políticas preservacionistas para Brasília, antes mesmo de sua inauguração e antes da cidade possuir uma sociedade que pudesse definir as características identitárias e culturais referenciais para que se fizesse necessário protegê-la contra intervenções que comprometessem as relações sensíveis dos habitantes com o meio em que vivem.

O movimento modernista pode ser considerado o grande motivador das mudanças no âmbito cultural do país a partir da década de 1930. O marco formal e simbólico foi a Semana

de Arte Moderna de 1922, evento realizado em ocasião do Centenário da Independência, que reuniu artistas e intelectuais empenhados em reivindicar a renovação das artes e em definir, por meio da expressão artística nos campos da música, da literatura e das artes visuais, uma identidade estética para o Brasil, rompendo, em um primeiro momento, com o tradicionalismo artístico e cultural de origem europeia. O evento, realizado em São Paulo não teve uma repercussão nacional satisfatória imediata e nem pretendia, inicialmente, se apresentar como um movimento nacionalista com a intenção de definir uma identidade “genuinamente” brasileira para o país. Os ideais propagados de rompimento com o passado e com as tradições europeias logo vieram abaixo. A criação de uma consciência nacional não deveria se limitar à tradição, mas buscar, fundamentalmente, o novo, o autêntico e o “oculto” para que o país recém-liberto pudesse conquistar autonomia, também, no âmbito cultural, valorizando as manifestações e as referências populares que, durante muitos anos, foram renegadas.

Segundo Lígia de Medeiros, o movimento de 22 foi o preparador de um estado de espírito revolucionário que propulsionou mudanças político-sociais posteriores (2007, p. 76). O modernismo foi se moldando e criando feições próprias ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940 e o Estado teve papel determinante na aceitação e consolidação do movimento. Getúlio Vargas assumiu a presidência, provisoriamente, em 1930, governando, ininterruptamente, até 1945, após ser eleito pelo voto indireto em 1934 e instituir o golpe de estado em 1937. A era Vargas, como ficou conhecido este período, instaurou um governo com tendências nacionalistas, marcado pelo declínio das oligarquias agrárias e a presença crescente da classe média e do operariado no cenário político. O Estado se apropriou do ideário e do clima efervescente do movimento modernista, aderido pelos grandes nomes da intelectualidade brasileira, para apoiar a sua política de governo. A cultura se tornou uma área de atuação política e as iniciativas nessa área tomaram proporções sem precedentes, começando com a criação do Ministério da Educação e Saúde⁴. Vários intelectuais vinculados ao movimento modernista ocuparam cargos do governo: Lucio Costa foi nomeado, em 1931, diretor da Escola Nacional de Belas Artes; Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação, em 1934, e escolheu Carlos Drummond de Andrade para chefiar seu gabinete e Mário de Andrade presidiu o Departamento de Cultura do município de São Paulo em 1935. Vargas acreditava que a participação política da elite intelectual do país era fundamental para a criação de uma identidade nacional voltada para a valorização das manifestações culturais

⁴ O Ministério da Cultura foi criado em 15 de março de 1985 pelo Decreto nº 91.144, antes disso as questões culturais eram tratadas em conjunto com o Ministério da Educação.

populares. Isto acentuaria o caráter populista de seu governo e romperia com o tradicionalismo patriarcal e oligárquico característicos da Primeira República (1889-1930).

Para compreendermos os caminhos que definiram a escolha da arquitetura modernista como modelo ideal para a concepção de Brasília e porque questões preservacionistas sempre estiveram atreladas a este processo é fundamental apresentarmos um pouco da trajetória de duas figuras-chave do movimento moderno que estiveram, respectivamente, indiretamente e diretamente envolvidos na construção de Brasília: Mário de Andrade e Lucio Costa.

Mário de Andrade foi um dos idealizadores da Semana de 22, se apresentando no campo da literatura, embora as suas facetas fossem múltiplas. Era um homem extremamente culto, que se dedicou a várias áreas artístico-culturais como a música, a poesia, o conto, o romance, a crítica, o jornalismo, a maestria e a pesquisa folclórica (MEDEIROS, 2007, p. 80), esta última foi conduzida por viagens de “descoberta pelo Brasil”, principalmente ao norte e nordeste. Após passar por um período de afirmação da linguagem moderna, no contexto ideológico da Semana de Arte de 22 e urbano-industrial da cidade de São Paulo, Mário de Andrade voltou-se para o estudo da cultura popular brasileira (WISNIK, 2007, p. 170). Para ele a criação de uma cultura moderna erudita estava vinculada a valorização das tradições e dos saberes populares. Um dos produtos dessas incursões de imersão cultural pelo país foi a elaboração do anteprojeto de proteção do patrimônio artístico nacional, solicitado por Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde - MES, em 1936. Capanema assumiu o Ministério em 1934, durante a gestão de Getúlio Vargas.

Mário de Andrade foi um dos preconizadores da preservação patrimonial, dizia que “defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização” (apud SPHAN, 1980, p. 05). O seu anteprojeto seria o fundamento de criação de uma instituição de proteção do patrimônio, o SPAN – Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. O documento foi elaborado em três capítulos, os quais estabeleciam as categorias dos bens culturais e os critérios de seleção para o registro em quatro livros de tombo (RIBEIRO, 2003, p. 22), que seriam: Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico (correspondente às categorias de arte ameríndia, arqueológica e popular), Livro de Tombo Histórico (correspondente à categoria de arte histórica), Livro de Tombo das Belas-Artes (correspondente às categorias de arte erudita nacional e estrangeira) e Livro de Tombo das Artes Aplicadas (correspondente às categorias das artes aplicadas nacional e estrangeira).

Apesar de Mário de Andrade ter articulado diretrizes bastante inovadoras no campo da preservação patrimonial, como a contemplação das manifestações culturais intangíveis, atribuindo uma função social para o patrimônio e reiterando a sua importância no âmbito educacional, o seu anteprojeto foi preterido pelo de Rodrigo Melo Franco de Andrade⁵, escolhido por Capanema para assumir a presidência do órgão, segundo sugestão do próprio Mário de Andrade (MEDEIROS, 2007, p. 84). O documento redigido por Rodrigo possuía os instrumentos legais necessários para viabilizar o tombamento dos bens culturais e, por isso, foi sancionado. A questão da preservação de bens culturais era um assunto em voga no Brasil desde os anos 1920, alguns projetos de lei foram elaborados nessa época, porém sem sucesso (SPHAN, 1980, p. 10). Como dito anteriormente, o governo de Getúlio Vargas buscou a afirmação de uma identidade nacional para o país, valorizando a preservação do patrimônio histórico como forma de legitimá-la. Uma das medidas da gestão varguista foi criar meios legais para o tombamento⁶ de monumentos históricos no âmbito federal. A cidade de Ouro Preto foi consagrada, em 1933, monumento nacional, antes mesmo da instituição da legislação de tombamento em 1937. Em passagem de sua dissertação, Sandra Ribeiro (2005, p. 17) reflete sobre a predominância do caráter político-ideológico na construção das noções de patrimônio:

(...) A noção de patrimônio envolve a construção de identidades coletivas e nacionais a serviço da consolidação dos Estados-nações-modernos, que segundo Maria Cecília L. Fonseca apresentavam as seguintes funções simbólicas: de reforçar a noção de cidadania, no sentido de utilização de bens em nome do interesse público; identificar símbolos que representariam a coesão nacional; os bens patrimoniais constituiriam o mito de origem da nação, objetivando a legitimação do poder; a conservação de bens se justificaria pelo alcance pedagógico, para instruir os cidadãos.

O SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional começa a funcionar, vinculado ao MES ainda em 1936, em caráter experimental, entretanto o instituto do tombamento só é instituído, sob o Decreto-lei nº 25 em novembro de 1937, após sofrer alguns impasses na aprovação do projeto para garantir os meios legais de atuação sobre a propriedade privada, tendo em vista a função social do tombamento. A atuação do órgão em

⁵ Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969). Nascido em Belo Horizonte, bancário e jornalista, foi o fundador e durante 30 anos diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁶ “O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Os tombamentos federais são responsabilidade do IPHAN e começam pelo pedido de abertura do processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. O objetivo é preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens.” (site IPHAN)

seus primeiros 30 anos, na fase denominada “heroica”, direcionava as suas ações de proteção aos bens culturais “de pedra e cal”, selecionados segundo os conceitos de nacionalidade e excepcionalidade e consagrados por seus valores histórico e artístico. O tombamento era referido, principalmente, às edificações civis e religiosas abandonadas e em vias de desaparecer sob a justificativa do acelerado processo de urbanização das cidades, a política patrimonial estruturada pelo SPHAN se baseava nas noções de perda, apropriação e redenção da cultura nacional, visava ir contra o desaparecimento do patrimônio (CHUVA, 2009, p. 74). A defesa do patrimônio estava atrelada à afirmação da arquitetura brasileira, por isso, em um primeiro momento foram priorizados exemplares arquitetônicos que tinham uma relação com a estética do período colonial. Segundo Márcia Chuva, a arquitetura tradicional do período colonial designou o patrimônio histórico e artístico no Brasil como representante genuína das origens da nação (CHUVA, op. cit., p. 48) e também pela sua ancianidade. A arquitetura moderna produzida no Brasil também foi legitimada pelo SPHAN ao propor sintetizar elementos do passado colonial à arquitetura universal de Le Corbusier⁷ para definir, através da articulação entre a tradição e a modernidade, um estilo arquitetônico autêntico para o Brasil. A produção arquitetônica modernista, considerada fundadora de uma nova temporalidade seria a herdeira da “boa tradição” deixada pela arquitetura tradicional colonial (Ibidem, 2009, p. 362)

Rodrigo de Melo Franco esteve à frente do SPHAN até 1967, reunindo uma equipe composta por insígnias da intelectualidade brasileira como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Oscar Niemeyer, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Vinícius de Moraes, entre outros. Lucio Costa também constituiu o quadro de funcionários, permanecendo até a sua aposentadoria, e foi um dos principais articuladores da instituição. O arquiteto foi diretor da Divisão de Estudos do Tombamento do SPHAN de 1938 a 1972. Durante os primeiros 10 anos de existência da instituição foram tombados apenas os monumentos anteriores ao século XX, respeitando o entendimento convencional da política de proteção do patrimônio de que um bem cultural precisa ser um testemunho excepcional do passado. Contudo, como dito anteriormente, havia a forte presença de uma corrente nacionalista em busca de uma identidade cultural autêntica para o país. A instituição defendia a arquitetura moderna como a renovação da arquitetura colonial brasileira, e para legitimá-la começou a

⁷ Charles-Édouard Jeanneret (1887-1965), conhecido como Le Corbusier. Foi um arquiteto e urbanista franco-suíço que esteve à frente do movimento modernista europeu ao propor teorias urbanas inovadoras. Segundo Françoise Choay, “Para Le Corbusier, arquitetura e urbanismo são indissociáveis; uma arquitetura nova que ponha em prática as novas técnicas de construção e a nova visão do espaço só tem sentido quando integrada a uma cidade moderna” (1979, p.183).

propor o tombamento de exemplares da arquitetura moderna sob a justificativa de garantir a gerações futuras a legítima arquitetura do século XX, instituindo o tombamento preventivo (PESSÔA, 2003, p. 02). Em 1947 foram tombados a Igreja da Pampulha projetada por Oscar Niemeyer em 1942 e o edifício do Ministério da Educação e Saúde inaugurado em 1945, “com estes tombamentos o Estado passa a garantir que sejam mantidas para o futuro, tal como foram projetadas, duas edificações recém-construídas, mas já consideradas paradigmas da arquitetura moderna brasileira” (Ibidem, p. 02).

Lucio Costa, assim como Mário de Andrade, acreditava que a modernidade viria com a reapropriação de nossas raízes. O primeiro também viajou pelo interior do Brasil, em meados da década de 1920, em busca de referências que pudessem captar a essência da arquitetura brasileira, “Costa descobriu-a depois de viajar e pesquisá-la profundamente em vários lugares, fazendo dessas viagens caminhos de significações epifânicas: Minas Gerais, Norte e Nordeste, Povos das missões e ex-colônias portuguesas, sempre na busca da essência que nos descrevia e nos caracterizava.” (MEDEIROS, 2007, p. 81). Nessa época, Lucio Costa era um neo-colonialista convicto, a contenção, a funcionalidade e a simplicidade da arquitetura trazida pelos portugueses eram para ele fonte de inspiração, o vernáculo da arquitetura brasileira. Em contrapartida, criticava o ecletismo empregado na arquitetura civil e religiosa neocolonialista entre os séculos XIX e XX, por enxergá-lo como um estilo importado (WISNIK, 2007, p. 174). Costa foi o grande responsável por incorporar as características presentes na arquitetura tradicional luso-brasileira aos traços futuristas da arquitetura moderna internacional pra criar um conceito arquitetônico próprio do Brasil. O arquiteto converteu-se ao modernismo em 1930, entretanto os meandros deste processo de transição são pouco conhecidos. Segundo Guilherme Wisnik, em seu artigo *Plástica e anonimato: modernidade e tradição em Lucio Costa e Mário de Andrade* a documentação sobre o assunto é escassa e inacessível, além de inexistirem publicações de Lucio Costa em defesa do modernismo antes de 1930, “O que, no entanto, se mostra claro desde cedo é a percepção de um "espírito geral" capaz de definir constantes para a arquitetura brasileira colonial, cuja força de reiteração deveu-se à existência de uma tradição decantada no saber popular, e não na cultura erudita.” (Ibidem, p. 174).

Em 1936, Costa foi convidado por Capanema a liderar o projeto destinado à construção do prédio do Ministério da Educação e Saúde, o primeiro exemplar da arquitetura moderna no Brasil. Na equipe estava também Oscar Niemeyer – na época, estagiário do escritório de Lucio Costa - como desenhista. Lígia Medeiros menciona em sua dissertação

Brasília: um olhar moderno, ou como se gostar de uma cidade que na verdade, Lucio Costa não foi o vencedor do concurso promovido para eleger o projeto do MES, cabendo ao arquiteto Archimedes Memória projetar a sede. Entretanto, Gustavo Capanema, defensor dos ideais modernistas, ficou inconformado com a decisão e escreveu ao presidente Getúlio Vargas pedindo permissão para que Costa desenhasse outro projeto, mas sem a abertura de um novo concurso. Dessa forma, com uma obra para o governo, a arquitetura modernista conseguiu a visibilidade de que precisava, tornando-se símbolo dos ideais desenvolvimentistas do governo de Vargas. Segundo Medeiros, “a modernidade assume um valor político, e o Estado busca uma associação com a obra monumental para que, ao se olhar para um, veja-se o outro.” (MEDEIROS, 2007, p. 92).

O projeto foi feito com consultoria de Le Corbusier, convidado por Costa ao Brasil para fazer os esboços do Ministério. Não era a primeira vez do arquiteto franco-suíço no país, em 1929, recebeu o convite do amigo escritor Paulo Prado, um dos idealizadores da Semana de 22, para realizar quatro palestras sobre arquitetura moderna no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na época, a revista carioca de crítica e informação *Movimento Brasileiro* apresentou duas reportagens relevantes sobre a vinda de Le Corbusier ao Brasil. A primeira, de novembro de 1929, noticiava a vinda do arquiteto no mês seguinte e enaltecia a importância das conferências para a renovação da arquitetura brasileira:

A sua palavra (Le Corbusier), depois da prof. Steinhof, trará seguramente para o nosso meio o prestígio de uma poderosa força de renovação, que se impõe a todo mundo. É certo que as ideias que Le Corbusier exporá, como as do prof. Steinhof, não representam uma novidade para o Brasil. Tem apenas o mérito da autoridade, afirmando aquilo que, desde 1922, os escritores modernos brasileiros vem pregando, a necessidade da criação de uma arte própria e pessoal, condicionada ao ambiente e ao tempo, e não mais a reprodução das formas mortas e as paródias ridículas e inadaptáveis.

Esta mesma edição trouxe uma entrevista com o filósofo alemão Hermann Keyserling que fez uma crítica ao estilo neocolonial brasileiro, reforçando a necessidade de uma estética autêntica para o Brasil:

Acho um absurdo. Primeiro, porque o país não é mais colônia, depois porque foi uma arte portuguesa campestre, feita numa época em que o espírito era barroco, o que não acontece mais hoje. A arquitetura deve vir do fundo do espírito do povo. Os ornamentos são reflexos do seu subconsciente. É preciso extrair a essência desse espírito, que se revela na própria linha ornamental. Por ela se saberá da origem e da espiritualidade de um povo. O colonial é uma volta ao passado sobre o estilo passado, tão falso como o Luiz XVI.

A edição de dezembro relatou como foi a estadia de Le Corbusier no Rio de Janeiro e resumiu minuciosamente o conteúdo ministrado nas duas conferências, uma sobre a casa moderna e a outra sobre urbanismo. Segundo a revista, o arquiteto francês não teve a receptividade que merecia. Apesar da sala da Escola Nacional de Belas Artes, onde foram dadas as palestras, ter ficado cheia “as suas extraordinárias conferências, sobre a revolução arquitetural e urbanismo não tiveram a concorrência devida.” A *Movimento Brasileiro* fez uma dura crítica à leviandade da imprensa e das autoridades políticas por não darem a cobertura e o auxílio financeiro à altura da importância dos ensinamentos de Le Corbusier:

É preciso educar, modernamente, o nosso povo. Neste país, a sensibilidade não pode continuar envelhecida e presa a uma tradição pequenina e falsificada, que nada traz de útil ou proveitoso. O Brasil é um país do futuro. Não desdenhamos o que se fez no passado, com sacrifício e heroísmo, mas ainda não temos tempo para a contemplação, pois o que há para realizar é assombroso. E essa construção, essa grande arquitetura do Brasil, só pode ser moderna, dentro do tempo atual, com suas tendências e os seus materiais. As forças renovadoras como Le Corbusier, deveriam encontrar, entre nós, que somos livres de compromissos com o passado, a máxima floração. Afastemos esse infecundo passadismo, que anda por aí, acabemos com coloniais, barrocos e luizes dezesseis. Façamos a cidade moderna, máquina para habitar e circular, a casa moderna, máquina para morar. Dominemos o tempo, sejamos criadores para não desaparecer.

A partir da pesquisa feita na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, encontrei nos jornais mais relevantes da época, de São Paulo e do Rio de Janeiro, menções a respeito da vinda de Le Corbusier ao Brasil, entretanto não encontrei negativas sobre o que foi apresentado nas palestras. Nos jornais pesquisados, os artigos mais veementes acerca da obra de Le Corbusier e da arquitetura moderna foram escritos por Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Gregori Warchavchik⁸ colaboradores dos jornais *Correio Paulistano* e *Diário Nacional*, e todos modernistas. Mário de Andrade escreveu quatro pequenos artigos para o *Diário Nacional* intitulados *Arquitetura Colonial* publicados entre os dias 23 e 26 de agosto de 1928, em defesa da arquitetura moderna. Mário de Andrade dizia que apesar dos princípios e da estética da nova arquitetura ainda não estarem estabelecidos mundialmente ele acreditava que os arquitetos brasileiros deveriam aplicá-la no Brasil em detrimento de um estilo neocolonial, o qual ele considerava “falso e desumano”. Para ele, a arquitetura moderna era universal e livre de “tiques, preconceitos e fatalidades raciais”, chegando a compará-la com a

⁸ Gregori Warchavchik (1896-1972) arquiteto nascido na Ucrânia. Mudou-se para o Brasil em 1923 e alguns anos depois se naturalizou brasileiro. Construiu, em 1928, na Vila Mariana em São Paulo, a casa da Rua Santa Cruz considerada o primeiro exemplar da arquitetura moderna no país. Posteriormente, foi convidado por Le Corbusier a delegar a bancada da América do Sul no CIAM e por Lucio Costa a integrar o corpo docente da Escola Nacional de Belas Artes.

arte folclórica, pois ambas tinham um caráter anônimo, entretanto sabia que, caso a arquitetura moderna se propagasse no Brasil ela teria contornos típicos:

A arquitetura modernista, a meu ver, não permanecerá nem no anonimato nem no internacionalismo em que está agora. Se si normalizar ela virá fatalmente a se distinguir em frações étnicas e a se depreciar em função do indivíduo. Se assim é, nada mais justo que a procura e fixação dos elementos da constância arquitetônica brasileira. É com eles que dentro da arquitetura moderna, o Brasil dará a contribuição que lhe compete dar. (25/08/1928)

A revista *Movimento Brasileiro* menciona que se não fosse por um grupo de modernos presente nas conferências, provavelmente a presença do arquiteto francês teria passado despercebida. Acredito que o sentimento de descrença quanto às teorias urbanas de Le Corbusier estava associado à inaplicabilidade destas, a maioria dos estudos e teorias desenvolvidas por Le Corbusier ficou no plano das ideias. Segundo Françoise Choay a produção urbanística construída do arquiteto foi muito pouco numerosa, se restringido a cidade-jardim de Pessac (1925), composta só por habitações e, posteriormente, o projeto da cidade indiana de Chandigarh (CHOAY, 1979, p. 183). O próprio Lucio Costa (apud WISNIK, 2007, p. 171) não compareceu às conferências, apesar da tentativa, acreditava que a arquitetura de Le Corbusier fosse um modismo passageiro:

Eu era inteiramente alienado nesta época, mas fiz questão de ir até lá. Cheguei um pouco atrasado e a sala estava toda tomada. As portas do salão da Escola estavam cheias de gente e eu o vi falando. Fiquei um pouco, depois desisti e fui embora, inteiramente des preocupado, alheio à premente realidade.

Como dito anteriormente, as conferências foram divididas em dois dias, a primeira tratou sobre como deveria ser a casa moderna e a comparou a uma máquina, ou seja, as habitações deveriam proporcionar agilidade e praticidade às tarefas cotidianas, e atender as necessidades do corpo e também da mente. O conforto ambiental seria alcançado com a utilização de novos materiais, como o vidro e o concreto, com a valorização dos jardins e dos terraços e com a ampliação das janelas; a funcionalidade viria sempre antes da beleza. A segunda conferência, sobre o urbanismo, trouxe um panorama histórico sobre o surgimento das grandes cidades e como o advento das locomotivas definiram novas necessidades humanas que só seriam atendidas com uma reestruturação urbana das cidades que acompanhasse a dinâmica da vida moderna. Enfim, as palestras foram uma amostra da revolução que Le Corbusier propunha para a arquitetura e para o urbanismo mundial e que já vinha sendo discutida nos CIAM.

A proposta desses congressos era reunir profissionais do mundo inteiro para discutir os problemas urbanísticos inerentes ao desenvolvimento acelerado das cidades modernas e divulgar os princípios da arquitetura modernista. Os encontros duraram mais de três décadas, de 1928 até meados de 1959. O Brasil começou a ser representado a partir de 1930 e o CIAM adquiriu dois novos discípulos, Lucio Costa e Oscar Niemeyer (HOLSTON, 1993, p. 37). Le Corbusier acreditava que a arquitetura não poderia estar desassociada da política e dos governos, a ideia era propor, a partir dos encontros, uma cidade modelo cuja estrutura pudesse ser aplicada mesmo em países com programas políticos antagônicos. As recomendações propostas nas reuniões e as ideias de Corbusier foram normatizadas no IV CIAM, realizado a bordo de um navio a caminho da cidade de Atenas na Grécia em 1933. O documento ficou conhecido como Carta de Atenas.

Este manifesto, o mais significativo produzido pelos CIAM, analisou 33 cidades europeias para atestar a desordem urbana em decorrência da “era do maquinismo” e utilizou como referência dois projetos de cidades modernistas pensadas por Le Corbusier, *Uma Cidade Contemporânea para Três Milhões de Habitantes* (1922) e *A Cidade Radiosa* (1930) (Ibidem, p. 38). Foram propostas diretrizes e fórmulas, aplicáveis internacionalmente, para ordenar a vida nas grandes cidades. O caos estaria associado à predominância dos interesses privados sobre os interesses do coletivo, provocando um desequilíbrio econômico e uma administração falha nas metrópoles. Os princípios do urbanismo moderno – divididos em quatro funções essenciais: habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres) e circular - são concebidos como a solução para “assegurar, nos planos espiritual e material, a liberdade individual e o benefício da ação coletiva.”⁹.

As diretrizes postuladas na Carta de Atenas foram consenso entre os seus participantes e poderiam ser aplicadas em qualquer cidade do mundo, sendo desconsideradas as diferenças culturais e históricas que cada cidade possui. Estas interferem nos processos contínuos de transformação sofridos pelos espaços urbanos, pois cada cidade possui uma dinâmica urbana diferente. No Brasil, a Carta de Atenas serviu de referência na construção de Brasília e também na proteção do patrimônio histórico (RIBEIRO, 2003, p. 26). A carta possui um capítulo intitulado Patrimônio Histórico das Cidades que discorre sobre a importância da salvaguarda dos bens arquitetônicos (edifícios isolados ou conjuntos urbanos) cujos valores

⁹ CARTA DE ATENAS, 1933, p. 28. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233> Acesso em: 17 jun. 2014.

estético e histórico constituem a expressão de uma cultura anterior, caso correspondam, também, a um interesse geral. Também é criticado o emprego de estilos estéticos do passado em novas construções, pois a arquitetura deveria condizer com o momento presente, com o pensamento de cada época, caso contrário constitui uma farsa, uma mentira. As demolições também são defendidas¹⁰, desde que sejam necessárias para a modernização das cidades.

Lucio Costa e Oscar Niemeyer foram os responsáveis por consolidar a arquitetura moderna no país. O segundo, seis anos mais jovem, foi aluno do primeiro e desenvolveu um estilo plástico bastante autoral, sem muita referência à tradição arquitetônica luso-brasileira como se baseava Lucio Costa. A convergência de interesses os uniu em várias parcerias e a mais significativa foi a construção de Brasília. Os projetos desenvolvidos por Niemeyer no exterior e no Brasil ganharam notoriedade entre as autoridades políticas brasileiras, com destaque para Juscelino Kubitschek que vislumbrou nas formas livres e ondulantes do arquiteto uma identidade pro seu projeto de governo mais ousado: a construção de Brasília. Segundo entrevista concedida ao livro *A invenção da superquadra: o conceito de Unidade de Vizinhança em Brasília*, o arquiteto Nauro Esteves¹¹ conta que Juscelino queria que Niemeyer projetasse Brasília e narra um episódio em que JK, morando próximo a Oscar, lhe oferece uma carona ao trabalho para convencê-lo a construir a nova capital. O arquiteto recusou a proposta, alegando que um país que pretende ser grande precisa valorizar os seus profissionais e que a escolha do projeto deveria ser feito por meio do Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB e de um concurso público aberto nacionalmente. Reticente, por conta do curto prazo, Juscelino aceita a sugestão de Niemeyer, o incumbindo de organizar o concurso e com a condição de que ele projetaria, pelo menos, os prédios do governo (FERREIRA; GOROVITZ, 2009, p. 108).

¹⁰ Essas demolições diziam respeito, majoritariamente, ao tecido urbano. A arquitetura de origem, naquele momento, não era considerada patrimônio.

¹¹ Nauro Esteves (1923-2007) foi um importante arquiteto na construção de Brasília. Iniciou sua carreira no escritório de Oscar Niemeyer, coordenando a equipe de arquitetos e desenhistas da Divisão de Arquitetura da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Projetou o Hotel Nacional, o Palácio do Buriti e diversos blocos de apartamentos das superquadras (MACHADO, 2007).

1.3 - Brasília, cidade- patrimônio

A construção de Brasília foi pautada pelas principais recomendações contidas na Carta de Atenas e inspirada, também, nos conceitos desenvolvidos por Ebenezer Howard para as cidades jardim¹². Se compararmos os croquis desenvolvidos por Le Corbusier para os projetos *Uma Cidade Contemporânea para Três Milhões de Habitantes* (1922)¹³ e *A Cidade Radiosa* (1930¹⁴), veremos algumas semelhanças com Brasília. Por essas razões, a cidade se tornou, juntamente com Chandigarh¹⁵, referência mundial em urbanismo e arquitetura modernista, ao por em prática os princípios do urbanismo do século XX, tal como formalizou Le Corbusier¹⁶. Até então as premissas de Le Corbusier para a criação de uma cidade ideal não tinham sido aplicadas em larga escala. Este fato, pensado isoladamente, parece reiterar a importância de se criar meios legais de proteção para a cidade antes mesmo de sua inauguração. As pessoas envolvidas na fundação de Brasília sabiam desde o início que estavam criando uma obra-monumento; a intenção era dar formas monumentais aquilo que era entendido como o marco do progresso nacional.



Cidade de 3 Milhões de Habitantes, Le Corbusier. Fonte:
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.073/3091>

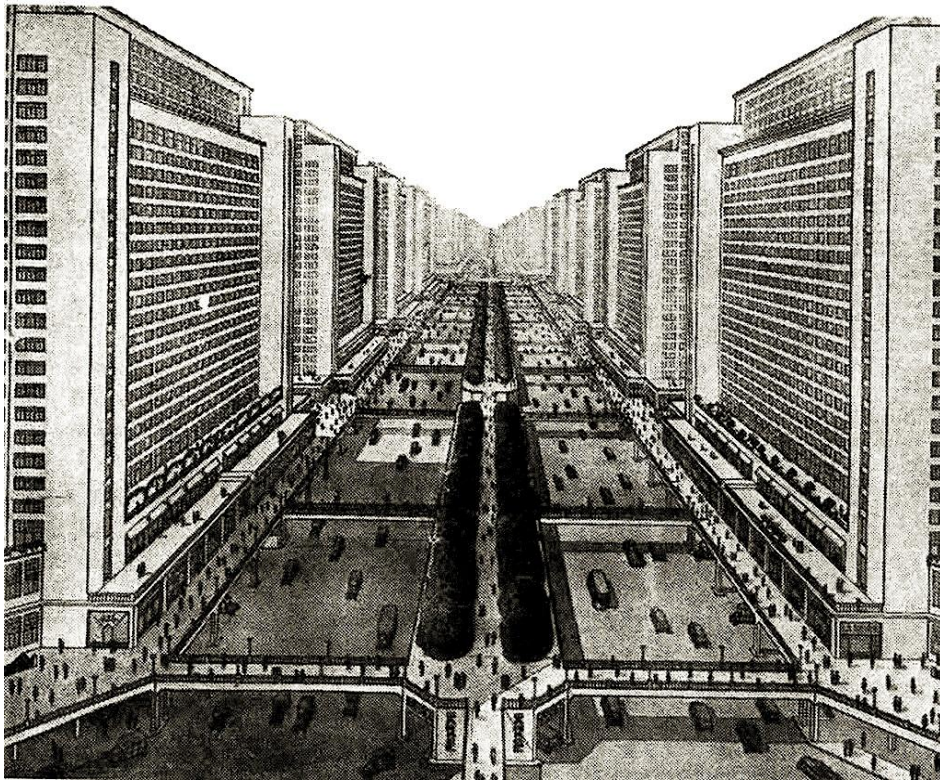
¹² Ebenezer Howard (1850-1928) foi um teórico urbano inglês que propôs, em sua obra destaque *Garden cities of tomorrow* de 1902, o conceito de cidade-jardim. A ideia era equacionar a relação entre a cidade e o campo, aproveitando o que há de melhor em cada um desses ambientes para aumentar a qualidade de vida nas metrópoles. O modelo proposto compreenderia uma área total de 2400 hectares, sendo que apenas 400 seriam destinados à área urbana e o restante às áreas agrícolas (CHOAY, 1983).

¹³ Foi um projeto hipotético pensado para se adaptar a qualquer lugar do mundo.

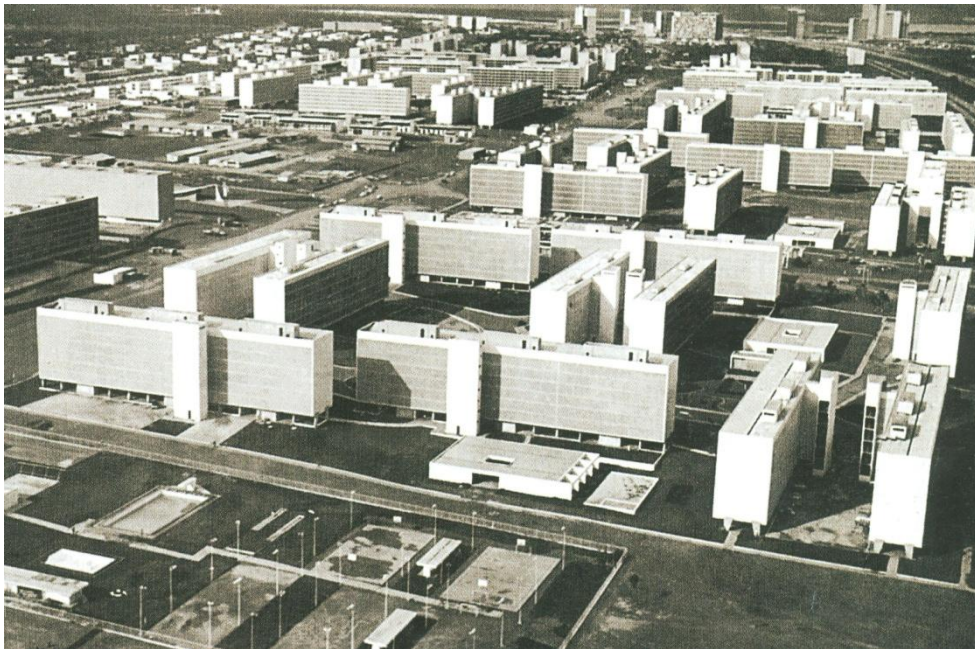
¹⁴ A Cidade Radiosa seria a adaptação da Cidade de Três Milhões de Habitantes para a região vizinha à *Île de la Cité*, em pleno centro histórico de Paris.

¹⁵ Cidade indiana projetada por Le Corbusier em 1951.

¹⁶ Site UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/445> Acesso em: 17 jun. 2014.



A Cidade Radiosa, Le Corbusier. Fonte: <http://thecharnelhouse.org/2010/09/17/exact-air/>



Superquadras em Brasília, Lúcio Costa. Fonte: <http://proyectos4etsa.wordpress.com/2013/01/30/brasilia-una-utopia-moderna-1956-1960-lucio-costaoscar-niemeyer/>

Uma semana antes da inauguração de Brasília foi sancionada a Lei Federal nº 3.751 de 13 de abril de 1960, conhecida como Lei Santiago Dantas que estabelece a organização administrativa da cidade. O artigo 3º desta lei afirma que compete ao Distrito Federal, concorrentemente com a União “Proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico” e o artigo 38º dispõe que “Qualquer alteração no Plano Piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal”, ou seja, apesar de não instituir meios oficiais de proteção ao plano original de Lucio Costa, como o tombamento ou mesmo diretrizes de preservação, qualquer alteração pretendida deveria passar pelo crivo do Senado¹⁷. Evidentemente, houve a intenção de proteger os critérios urbanísticos do Plano Piloto, mas ao mencionar a palavra “alterações” a lei indicava que elas poderiam ser feitas.

Juscelino Kubitschek estava ciente de que Brasília precisaria de recursos mais seguros para que a manutenção de seu plano urbanístico fosse assegurada, caso contrário o Congresso cederia facilmente às pressões de interesses imobiliários. Por isso, escreve a Rodrigo Melo Franco de Andrade, então presidente do DPHAN, solicitando o tombamento do Plano Piloto:

Rodrigo. A única defesa para Brasília está na preservação do seu Plano Piloto. Pensei que o tombamento do mesmo podia constituir elemento seguro, superior à lei que está no Congresso e sobre cuja aprovação tenho dúvidas. Peço-lhe a fineza de estudar esta possibilidade ainda que forçando um pouco a interpretação do Patrimônio. Considero indispensável uma barreira às arremetidas demolidoras que já se anunciam vigorosas. Grato pela atenção. Juscelino. Brasília 15/06/1960

O conceito cidade-patrimônio que atribuo a Brasília antecede o seu tombamento oficial. A meu ver, a cidade já nasceu sob essa concepção, pelo menos para os seus idealizadores. A passagem do bilhete em que Juscelino pede para que o diretor do então DPHAN- Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico¹⁸ estude a possibilidade do tombamento “ainda que forçando um pouco a interpretação do Patrimônio” evidencia que Brasília era um caso totalmente atípico por não possuir os critérios referenciais para a ação. Primeiramente por ser uma cidade contemporânea, depois por possuir uma configuração espacial diferente de outras cidades históricas já tombadas. Apesar, de na época, o tombamento de monumentos modernos já constituir a política da instituição, o DPHAN costumava tratar a preservação das edificações de forma isolada e não tinha alicerces para

¹⁷ Como Brasília não possuía autonomia política era administrada por uma comissão do Senado Federal até a Constituição de 1988.

¹⁸ Em 1948, o SPHAN foi elevado a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A instituição sofreu várias alterações em sua nomenclatura desde a sua fundação.

lidar com o dinamismo das questões urbanas, principalmente as de uma cidade cuja proposta urbanística possuía um caráter experimental. A intenção do tombamento vislumbrado por JK era proteger um conceito, uma ideia, afinal Brasília estava em plena construção.

Deste bilhete escrito à caneta, poucos meses após a inauguração de Brasília, é notória a preocupação do presidente com a integridade do projeto original de Lucio Costa para o Plano Piloto. Mas como tombare algo que nem existia em sua plenitude? Em resposta à JK, Rodrigo de Melo Franco levanta esta questão, dizendo que apesar da instituição possuir instrumentos para tombare toda a extensão da área urbana de Brasília para a sua manutenção, tal medida traria graves consequências:

(...) a medida alvitada produziria, desde logo, efeitos de manifesta e grave inconveniência para a celeridade do empreendimento das obras necessárias à nova capital, embora se visasse tão só ao objetivo de impedir violações e desvirtuamento do Plano Piloto. O sistema adotado na legislação nacional em vigor tem, de fato, uma rigidez pouco compatível com o objetivo pretendido.

Rodrigo acreditava que para contornar o rigoroso sistema adotado pela legislação nacional e atenuar as inconveniências que tombamento traria ao desenvolvimento da nova capital nessas condições, deveria haver uma coordenação totalmente integrada entre os órgãos de administração municipal e federal com o DPHAN. O presidente deveria primeiramente, por meio de um ato fundamentado, recomendar a inserção do conjunto urbanístico de Brasília nos Livros de Tombo do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional para efetivar o seu tombamento e, depois, solicitar um decreto ao poder executivo para estabelecer as normas de coordenação entre os órgãos nacional e municipal com o DPHAN para que as determinações da lei nº 25/1937 fossem cumpridas em Brasília. Entretanto, o diretor reiterava que mesmo que fosse possível articular melhor as coordenações entre os órgãos municipal e federal com o DPHAN, o tombamento da cidade impediria que fossem aprovadas obras que não estivessem de acordo com o plano concebido por Lucio Costa.

No bilhete, JK menciona a existência de uma lei que estava sob análise no Congresso; tudo indica que este era o anteprojeto de lei nº 1.921 submetido ao Congresso Nacional em 19 de maio de 1960, em nome de Juscelino Kubitschek, solicitando a criação do Conselho Superior de Supervisão e Controle da Arquitetura, Arte e Urbanismo de Brasília que asseguraria sob o ponto de vista artístico o “cumprimento da lei do Plano Piloto”, como está explicitado na carta encaminhada aos membros do Congresso. Acredito que esta lei do Plano Piloto se referia ao artigo 38º da lei Santiago Dantas. A mensagem dizia que a criação do

Conselho garantiria a preservação da “(...) concepção urbanística original, evitando que, de futuro, sejam sacrificadas, em sua unidade estética, os monumentos já existentes na cidade”. O anteprojeto assinado por JK não mencionava o tombamento, mas delegava ao Conselho, no artigo 3º, o poder de impedir mudanças no projeto original: “Compete privativamente ao Conselho impedir qualquer iniciativa particular ou pública suscetível de desvirtuar ou deformar, direta ou indiretamente, a concepção urbanística original, ou de comprometer a expressão arquitetônica e o sentido artístico de Brasília”¹⁹. O parecer positivo à aprovação do anteprojeto dado pela câmara dos deputados reconhecia a importância da criação do Conselho, enaltecia a concepção urbanística e arquitetônica de Brasília e reforçava a ideia de que a cidade já era patrimônio: “Todos aqueles que acompanharam o desenvolvimento de nossa Capital, conhecem o magnífico significado que em tão curto tempo ela granjeou entre os brasileiros e o julgamento consagrador que tem merecido dos críticos estrangeiros especializados no assunto. (...) Esta cidade já constitui, portanto, um patrimônio que nos cabe defender”. Entretanto, o projeto ficou sob análise durante mais de quatro anos e foi arquivado sob a justificativa de já existir o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, criado pelo decreto nº 43 de 22 de março de 1961.

Brasília era um marco não somente pela excepcionalidade arquitetônica e urbanística de seu projeto, mas pela proposta grandiosa do governo vigente de construir uma cidade em 3 anos. Tão logo, o Catetinho, edificação simples em madeira, projetado por Oscar Niemeyer para hospedar o presidente Kubistchek durante as visitas de inspeção às obras foi consagrado monumento nacional em 1959, apenas três anos após a sua construção para “dotar a cidade, ainda inexistente, dos marcos históricos que contariam no futuro a epopeia da nova capital.” (PESSÔA, 2003, p. 03). A arquitetura moderna representava o símbolo da renovação política, econômica, social e cultural do país, e por isso, segundo José Simões de Belmont Pessôa, a legislação de proteção utilizava o tombamento como recurso para garantir que edifícios modernos em construção ou recém-concluídos não sofressem alterações em seus projetos originais (Ibidem, p. 03). Um exemplo é a Catedral de Brasília, que foi tombada em 1967, ainda em construção, para garantir a conclusão e a entrega da obra que só ocorreu em 1970.

O tombamento do Plano Piloto, como desejava JK, aconteceu em âmbito nacional 30 anos após a fundação de Brasília, em 12 de fevereiro de 1990, a procuradoria jurídica do IPHAN inscreveu o seu conjunto urbanístico no Livro de Tombo pelo seu valor histórico

¹⁹ O artigo 3º do projeto foi uma emenda acrescentada posteriormente, sugerida no parecer elaborado pelo relator deputado Antônio Dino.

(RIBEIRO, 2003, p. 69). Em 1987, o artigo 38º da lei Santiago Dantas foi regulamentado pelo Decreto lei nº 10.829, redigido pelo arquiteto Ítalo Campofiorito²⁰. O documento explicita a concepção urbanística do Plano Piloto, tal como apresentado por Lucio Costa, apresentando as características essenciais do projeto a partir de suas quatro escalas: monumental, residencial, gregária e bucólica. Esta medida garantia a proteção local do Plano Piloto e respondia a uma exigência da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO para que Brasília pudesse se candidatar ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade. A ideia partiu do então governador José Aparecido que aproveitou o trabalho minucioso sobre a preservação da memória de Brasília que estava sendo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Brasília (GT-Brasília) para solicitar a elaboração de um dossiê, a ser encaminhado a UNESCO, que evidenciasse a importância de Brasília na história da arquitetura e do urbanismo mundial (RIBEIRO, op. cit., p. 63).

A UNESCO promove, desde a criação da Lista de Patrimônio Mundial²¹ em 1972, amplas discussões acerca da proteção do patrimônio cultural e natural mundial, elaborando projetos e iniciativas a partir de uma rede de convenções internacionais para orientar a proteção do patrimônio de todas as nações (BO, 2003, p. 09). O título de Patrimônio Mundial da Humanidade, concedido à Brasília em sete de dezembro de 1987, tem, na verdade, apenas valor simbólico²², uma vez que a UNESCO não se responsabiliza pelas ações de proteção. Estas ficam a cargo do Estado seja em nível federal, estadual ou municipal, “A meta é contribuir para os esforços de proteção e agregar dimensão internacional ao contexto local.” (BO, 2003, p. 128). Entretanto o prestígio de ter um bem inscrito na lista das Organizações Unidas, legitimado internacionalmente pelo seu valor excepcional reforça a administração local sobre o patrimônio, dado que se as recomendações da UNESCO não forem consideradas e o bem sofra alterações que comprometam a sua integridade, o título pode ser revogado. A UNESCO disponibiliza recursos financeiros, anualmente, para treinamento de pessoal, assistência emergencial e cooperação técnica, assim como realiza missões de monitoramento, onde equipes especializadas elaboram, a partir de análise *in loco*, relatórios com

²⁰ “O arquiteto Ítalo Campofiorito participou na construção de Brasília, como integrante da equipe de Oscar Niemeyer e entre os anos 1989 e 1990 foi presidente da fundação Nacional Pró-Memória/SPHAN, no Rio de Janeiro.” (RIBEIRO, 2003, 68).

²¹ Os primeiros bens foram inscritos na Lista a partir de 1978.

²² “(...) o termo simbólico, no sentido antropológico, refere-se ao conjunto de valores culturais e históricos realçados pelo reconhecimento do sítio, que servem de referência para a sociedade.” (BO, 2003, p. 128).

recomendações e críticas acerca da preservação dos bens inscritos. O autor do livro, *Proteção do patrimônio na UNESCO, ações e significado*, João Batista Lanari Bo afirma que a repercussão desses relatórios é limitada, porque há uma desarticulação entre as autoridades brasileiras, locais e federais relacionadas com o patrimônio (op.cit., p. 141).

É importante ressaltar que Brasília foi inscrita pela importância de seu conjunto urbanístico e pelo seu valor artístico para a história da arquitetura e do urbanismo mundial. Sandra Ribeiro conta em sua dissertação que o dossiê enviado a UNESCO, fruto do trabalho realizado pelo GT, foi convincente, pois possuía embasamento teórico e um trabalho de pesquisa bastante detalhado sobre Brasília. Entretanto, quando surgiu a necessidade de transformar o dossiê em uma legislação de proteção, Lucio Costa criticou o modelo proposto pelo GT, pois este tinha um enfoque amplo do patrimônio da cidade, que incluía as manifestações culturais das regiões administrativas, dos acampamentos pioneiros, das fazendas vernaculares, ou seja, contemplava a memória daqueles que construíram a cidade ou que habitavam o centro-oeste antes da construção de Brasília. Para Costa, o que interessava para a UNESCO e para o mundo era a cidade modernista do Plano Piloto (RIBEIRO, 2003, 64). Outra diferença era que o GT propunha uma preservação dinâmica, “no sentido de resgatar características essenciais e solucionar problemas urbanos decorrentes da implantação da cidade e de seu desenvolvimento” (Ibidem, p. 65), sem a necessidade do tombamento, o que desejava Lucio Costa. Dessa forma, como mencionado anteriormente foi feita por Campofiorito a regulamentação do artigo 38 da Lei Santiago Dantas pelo Decreto lei nº 10.829, que além de garantir o tombamento em âmbito local serviu de base para a elaboração do texto para o tombamento federal (Ibidem, p. 68).

O próximo capítulo se debruça sobre a trajetória do GT- Brasília. O grupo de trabalho foi articulado no início da década de 1980 por integrantes da Faculdade da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, da Fundação Nacional Pró-Memória e do Governo do Distrito federal para investigar o patrimônio cultural do Distrito Federal e propor diretrizes de preservação para a cidade. O GT partia do pressuposto de que Brasília era todo o Distrito Federal e que para compreender o seu patrimônio cultural seria necessário iniciar um trabalho de resgate da história da ocupação do território anterior à construção de Brasília. Para o Grupo, a nova capital não nasceu do “zero”, a história de Brasília começou nas fazendas e núcleos urbanos anteriores a ela e nos acampamentos de obras. Este entendimento do GT ia de encontro ao que prevaleceu para a consagração de Brasília ao posto de patrimônio nacional e mundial, ou seja, a representatividade do projeto de Lucio Costa como símbolo da

arquitetura e do urbanismo modernistas “(...) em detrimento da memória de Brasília enquanto ocupação do centro oeste e construção coletiva dos brasileiros.” (Ibidem, p. 67).

Maria Cecília Fonseca (apud BO, 2003, p. 135) aponta que a maioria dos bens tombados pelo governo brasileiro “funcionam mais como símbolos abstratos do que como marcos efetivos de uma identidade nacional com que a maioria da população se identifique”. O diferencial do trabalho realizado pelo GT estava, justamente, na proposta de articular os estudos de preservação junto à sociedade de Brasília para saber quais elementos constituíam características essenciais da identidade da cidade. Uma das iniciativas foi a “Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do Distrito Federal”, uma pesquisa de opinião pública que pretendia apreender da comunidade que vivenciava o Plano Piloto os elementos considerados de reivindicável preservação. O cerne deste trabalho de conclusão de curso é, justamente, analisar quais foram os critérios abordados na pesquisa de imagem realizada pelo GT e dialogar os resultados desta, apresentados em relatório conclusivo, à luz do livro de Ítalo Calvino *As cidades invisíveis*.

CAPÍTULO 2 - BRASÍLIA, PATRIMÔNIO E SOCIEDADE

“Dito isto é inútil determinar se Zenóbia deve ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nessas duas categorias, mas em outras duas: aquelas que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados.”

Italo Calvino

2.1 - O Grupo de Trabalho de Brasília

O Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Brasília (GT-Brasília) foi criado em março de 1981, um mês antes de Brasília completar 21 anos de existência. Como exposto no capítulo anterior, a preocupação com a preservação do plano original proposto para a nova capital era notória desde a sua fundação. Completadas duas décadas de existência, o Plano Piloto ainda não estava totalmente concluído, e por ter sua área física delimitada, a crescente valorização do solo urbano de Brasília era uma questão inevitável ao seu desenvolvimento. Este fato, aliado à administração estatal monopólica sobre praticamente toda área do Plano Piloto aumentava as pressões imobiliárias e, conseqüentemente, ameaçava a integridade do plano original, característica considerada essencial à identidade da nova capital (BICCA; KOHLSDORF, 1985, *passim*).

O GT- Brasília surgiu com a necessidade de “(...) abordar de forma culturalmente consciente, tecnicamente sistematizada e politicamente institucionalizada a questão da memória da cidade” (BICCA; KOHLSDORF, 1985, p. 03), pois além das questões mencionadas acima que comprometiam a formação identitária de Brasília, a cidade estava formando, naquele momento, a primeira geração de brasilienses. Este fato contribuía para a formação de uma consciência cívica²³ em relação à jovem capital (Ibid., p. 03) e, por essas razões, o momento era oportuno para se discutir e traçar junto à sociedade uma identidade para Brasília, para saber o que preservar e se os rumos que a cidade estava tomando, desde a sua fundação, representavam a população que ali se formava. A iniciativa partiu do então secretário de cultura Aloísio Magalhães em parceria com outras três instituições: a Fundação Nacional Pró-Memória, o Governo do Distrito Federal e a Universidade de Brasília com a

²³ A participação da sociedade civil nas decisões políticas-administrativas do país é retomada na década de 1980 com o enfraquecimento do poder centralizador e autoritário imposto pela ditadura militar. A abertura política marcou profundas mudanças no cenário político, social e institucional do país. A Constituição de 1988 instituiu o princípio da gestão descentralizada e participativa para afirmar a necessidade da democratização da gestão pública brasileira e estabelecer maior interação entre o governo e a sociedade.

finalidade de estudar, propor e adotar diretrizes de preservação para o patrimônio cultural, histórico e natural de Brasília. Por ser uma cidade ainda em formação e consolidação, o Grupo propunha acompanhar a continuidade de seu processo histórico, “de forma a proteger e a aprimorar as qualidades básicas da vida urbana e registrar os fatos sociais que a compõem.” (Relatório preliminar, 1982, p. 06). A abordagem do trabalho era ampla e ramificava-se em 4 grandes áreas: o patrimônio arquitetônico e urbanístico do Plano Piloto, os acampamentos pioneiros, as fazendas e núcleos urbanos vernaculares e o patrimônio natural e paisagístico de Brasília. Segundo depoimento da arquiteta Yeda Barbosa, integrante da equipe técnica do GT, o Grupo de Trabalho promovia vários debates e mesas redondas com pessoas influentes que tinham conhecimentos consolidados sobre a cidade, reunindo arquitetos que participaram da construção de Brasília como Perí da Rocha França, Paulo Zimbres, Lucio Costa, César Barney, Oscar Niemeyer. Como o trabalho contemplava várias áreas do conhecimento houve a participação e a contribuição de professores e de alunos de alguns departamentos da UnB - os de Arquitetura e Urbanismo, Antropologia, História, Geografia e Agronomia.

O trabalho do GT- Brasília era desafiador, pois além de não ter parâmetros de comparação ao tratar de bens cuja significação cultural não era totalmente consagrada pela opinião pública, por terem menos de 25 anos, era preciso saber como desenvolver meios de preservação que não obstaculizassem o desenvolvimento normal do Distrito Federal (BICCA; KOHLSDORF, 1985, p. 03). Inicialmente, o Grupo definiu o universo de trabalho em três grandes áreas: conjuntos urbanos, edificações e paisagens significativos; documentação relativa à criação e desenvolvimento de Brasília e estrutura legal e institucional do Distrito Federal para a preservação. Esta última consistia em estudos junto a vários órgãos públicos para a obtenção de informações de interesse e, também, para o fornecimento de diretrizes de preservação com a intenção de formular estruturas legais e institucionais adequadas as peculiaridades locais (Relatório Síntese, 1985, passim).

Para o GT, como mencionado no capítulo anterior, o domínio territorial de Brasília abrangia todo o Distrito Federal, pois, contrariando o projeto de Lucio Costa, foram construídas cidades adjacentes ao Plano Piloto antes de sua área urbana ser completamente ocupada. O edital do concurso para a construção da nova capital determinava que o projeto deveria ser feito para uma cidade de 500 mil habitantes e, uma vez atingido esse total, cidades-satélites (sic) deveriam ser construídas de forma integrada ao planejamento da área circunvizinha (FERREIRA; GOROVITZ, 2009, p.74). Aconteceu o contrário, o Censo de 1980 apontava que 317.336 mil pessoas habitavam o Plano Piloto, enquanto 880.806 mil pessoas já habitavam o seu entorno (BICCA; KOHLSDORF, 1985, p. 04). Alguns

acampamentos de obras montados pelas construtoras para alocar, temporariamente, os operários que trabalharam na construção da capital deram origem a grandes bairros nas proximidades do Plano Piloto, configurando, posteriormente, as regiões administrativas, como exemplos, o Núcleo Bandeirante - antiga Vila Metropolitana, a Candangolândia e a Vila Planalto. O contrato dos operários era provisório e na medida em que as obras eram concluídas, estes deveriam voltar para as suas cidades de origem, cabendo aos órgãos oficiais demolir os acampamentos (RIBEIRO, 2003, p. 51). Entretanto, as oportunidades vislumbradas em Brasília eram muito mais promissoras do que o retorno à terra; a maioria das pessoas que vieram trabalhar na construção da nova capital saíram de cidades nordestinas sem muitos recursos e, por isso, resistiam, ocupando os acampamentos que tinham a configuração de pequenas cidades. Logo, na década de 1970, o governo instaurou a Campanha de Erradicação de Invasões - CEI para alijar a população instalada nos acampamentos do Plano Piloto - Ceilândia foi uma das cidades originadas pela campanha. Além de afastadas do Plano Piloto, o centro político-administrativo, as regiões administrativas foram construídas sem infraestrutura adequada e sem oferta de serviços, abrigando um grande contingente populacional que precisava percorrer cerca de 40 quilômetros para chegar ao Plano, enquanto este, na época, possuía grandes áreas inabitadas.

O Grupo de Trabalho considerava as manifestações pioneiras testemunhos importantíssimos para a salvaguarda da memória de Brasília; as povoações pré-existentes que ocupavam o território do Distrito Federal, como Brazlândia e Planaltina, e as antigas fazendas também constituíam fontes referenciais para o levantamento dos aspectos formadores da memória e da identidade da cidade. As edificações simples construídas como moradias nos acampamentos de obras possuíam características arquitetônicas que retratavam a configuração das cidades de origem dos operários e também, em alguns casos, traziam referências da arquitetura moderna, como a Vila Planalto e a Vila Metropolitana, segundo Yêda Barbosa. Por isso, a abordagem de trabalho adotada foi bastante ampla, não se concentrando, apenas, nas expressões arquitetônicas e urbanísticas modernistas do Plano Piloto que já eram consideradas de reivindicável preservação desde a sua fundação. A atenção inicial do grupo esteve voltada para estes núcleos urbanos periféricos e as suas manifestações culturais, normalmente, marginalizados pelas políticas públicas de proteção e que, por isso, corriam o risco de desaparecer. Também porque, como era um trabalho inédito e, por isso, sem parâmetros, começar pelas fazendas e núcleos urbanos vernaculares orientaria a recuperação da história de Brasília em um sentido cronológico e mais habitual aos técnicos do patrimônio.

A ideia era fazer um levantamento preliminar para definir as áreas de maior interesse histórico, direcionando, posteriormente, as medidas necessárias, como: o cadastramento de bens móveis e imóveis e de informações obtidas nas pesquisas historiográficas e de caráter documental, elaboração de projetos de legislação específica de proteção e intervenções em unidades arquitetônicas. O trabalho realizado na Vila Planalto conjuntamente com os moradores tinha a finalidade de conquistar o direito de permanência de seus residentes e de regularização do assentamento por meio do reconhecimento por parte do Governo do Distrito Federal de sua importância histórica. Naquele momento, a Vila já tinha sido reduzida a um quinto de seu território original, muitos moradores já tinham sido removidos e transferidos para regiões administrativas pelo governo. Embora o bairro já tivesse moradias muito bem estruturadas, a reivindicação por melhores condições de habitabilidade também era uma questão. Apesar das dificuldades enfrentadas, umas delas era a discordância de Lucio Costa que sugeria implantar as Superquadras Planalto, a partir do relatório realizado em Brasília Revisitada²⁴, forçando fortes pressões imobiliárias, a resistência dos moradores e a contribuição técnica oferecida pelo GT-Brasília garantiu a proteção da Vila Planalto pelo governo local e a concessão de uso do solo pelo decreto n.º 11.079 de 21 de abril de 1988 (RIBEIRO, 2003, p. 76-78). Entretanto, segundo Sandra Ribeiro (2003, p. 78) essas medidas não foram suficientes para garantir a preservação das características essenciais da Vila e a permanência de seus moradores pioneiros, que não resistiram a elitização do Plano Piloto e ao seu alto custo de vida. O tombamento foi feito com a ausência de uma “(...) política integrada com urbanização, programas sociais e de geração de emprego e renda da comunidade” (Ibidem, p. 78), a utilização deste recurso de proteção não foi suficiente para asseverar o sentimento de pertencimento dos habitantes com o local.

Conforme mencionado no capítulo anterior, Brasília possuía características que tornavam a preservação de seu conjunto urbanístico um desafio. As legislações de proteção existentes eram insuficientes por não abrangerem as peculiaridades de uma cidade jovem com uma sociedade ainda em formação. Tratar a preservação de bens isolados era diferente de tratar a preservação de todo um espaço urbano contemporâneo e ainda em construção. O fato de a cidade habitar indivíduos torna a dinâmica de seu espaço urbano impermanente e transitória; as cidades estão em constante transformação por serem espaços onde ocorrem interações e práticas sociais diversas. As políticas de preservação não devem cristalizar as

²⁴ Brasília Revisitada, documento apresentado por Lucio Costa em 1986 a pedido do então governador do Distrito Federal José Aparecido de Oliveira. O documento apresenta uma avaliação da situação urbana da cidade e propostas de expansão urbana, preservação e adensamento para a mesma.

cidades. Em alusão ao livro *As cidades Invisíveis*, podemos usar como exemplo Zora, umas das cidades visitadas por Marco Polo que foi esquecida pelo mundo ao ser obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização de suas características pelos seus habitantes, porque “entre cada noção e cada ponto do itinerário (da cidade) pode-se estabelecer uma relação de afinidades ou de contrastes que sirva de evocação à memória” (CALVINO, 1990, p. 19). Maria Aparecida Nogueira, em seu artigo, *A cidade imaginada ou o imaginário das cidades* diz que a memória não tem margens nem limites, é solta, atrela-se apenas ao desejo. Suas margens não devem ser fixadas com palavras, pois assim elas se cancelam. Revisitamos nossa memória a todo tempo para buscar, em nós, o significado das coisas - “A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata.” (CALVINO, op. cit., p. 14).

As cidades se renovam a todo tempo, porque são espaços de narrativas diversas; cada indivíduo possui aspirações, desejos memórias e histórias diferentes, e por isso, estão sempre (re)significando e transformando o meio em que vivem. Apesar do dinamismo inerente aos espaços urbanos, há elementos que caracterizam e tipificam a identidade de um lugar. Estes são importantes porque também compõem a identidade daqueles que vivenciam a cidade. Os indivíduos formam as cidades e estas formam os indivíduos.

O artigo de Carlos Fortuna (1997) *As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias* discorre sobre como as cidades, a partir do período industrial, passaram a permitir uma transfiguração de identidades, ou seja, as transformações ocorridas no âmbito social, político, cultural e científico e a flexibilização inerente a esse processo conferiram maior liberdade aos indivíduos. As cidades passam a intervir no processo de formação de identidades e os elementos que compõem a vida urbana são interiorizados de forma a aproximar a identidade do sujeito de suas subjetividades (FORTUNA, 1997, p. 01). O autor afirma que é comum, nas situações cotidianas, os indivíduos atuarem de acordo com as suas competências identitárias, pois, atualmente, estas são “transitórias, plurais e auto-reflexivas”. As identidades seriam formadas por uma combinação das relações do indivíduo com o tempo - suas referências ao passado e à memória pessoal e coletiva- e com o espaço em que interagem. Este processo de (re)construção de identidades acontece a todo tempo, porque a dinâmica da vida cotidiana nas cidades é acelerada, há uma sobreposição diversa de narrativas que mudam a cada instante – “Eminentemente relacional e interativa, perante a crescente complexificação das sociedades, a identidade moderna mostra-se contingente e remete-nos para uma estrutura pessoal, afetiva e cognitiva que é progressiva e continuamente (re)construída pelos sujeitos.” (Ibidem, p. 02)

Segundo Carlos Fortuna, as cidades são espaços constituídos por representações, imagens e estereótipos e, por isso, não admitem princípios orientadores predeterminados (Ibid., p. 04). De fato, as percepções e apreensões que temos em relação ao espaço em que vivemos mudam a todo tempo, a sociedade se renova e as suas prioridades também. Segundo Irllys Barreira “Repensar a cidade sob a ótica de sua memória ou sob o prisma de significados atribuídos à noção de patrimônio supõe compreender a lógica das prioridades sobre o uso e valorização de espaços efetivados ao longo do tempo.” (2003, p. 315). Para a autora do artigo *A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio* essas prioridades são entendidas como coletivamente construídas, embora representem, na maioria das vezes, interesses de determinados grupos sociais, tornando-se objeto permanente de disputas simbólicas (Ibid., p. 315). Por isso a escolha do que e como preservar é complexa, uma vez que é orientada por diversos discursos e representações sobre a cidade e o seu patrimônio. Bandeira diz que “(...) a "história ou memória da cidade", materializadas no conceito de patrimônio, expressam versões diferenciadas ou visões de um imaginário urbano, nem sempre convergentes. Os discursos sobre a cidade estão circunstanciados a diferentes contextos e múltiplas interlocuções.” (Ibid., p. 315).

A proposta do GT era, justamente, buscar outras versões sobre a história e a memória de Brasília, discursos marginalizados e ofuscados pelo entendimento, pré-determinado, de que o essencial à preservação da identidade da nova capital era o plano de seu conjunto urbanístico. De fato, a arquitetura e o urbanismo brasilienses são elementos particulares e representativos, que caracterizam a cidade e o estilo de vida dos que a vivem e a habitam. O GT reconhecia a exemplaridade e a importância de se preservar a arquitetura moderna de Brasília, este era um entendimento unânime entre os seus membros, entretanto para saber como fazê-la, respeitando a dinâmica volúvel dos espaços urbanos, era fundamental estudar o que foi pretendido por Lucio Costa em seu plano original e como o projeto estava se desenvolvendo na prática, para se ter uma ideia dos caminhos e das tendências do desenvolvimento urbano de Brasília (KOHLSDORF apud RIBEIRO, 2003, p. 35). Era fundamental, também, determinar os atributos essenciais à identidade da cidade que deveriam ser pensados em consonância com a sua sociedade, composta, basicamente, por trabalhadores que moravam nas regiões administrativas, por pessoas de vários estados brasileiros e pela pequena parcela nascida na cidade.

A proposta de preservação dinâmica apresentada pelo GT fundamenta-se na manutenção de características essenciais do espaço, que lhe dão identidade, e na transformação de elementos que causam problemas à funcionalidade dos espaços, desde que baseados em escolhas éticas, onde a população se posicionaria de forma

consciente, a partir de sua vivência e do conhecimento dos estudos técnicos realizados. (RIBEIRO, 2003, p. 60).

Para tal tarefa, o GT lançou mão de um conjunto de categorias físico-espaciais compostos pelos elementos representativos que constituíam a estrutura global das configurações urbanas. Cada categoria foi descrita e analisada minuciosamente para definir quais elementos eram essenciais à caracterização do Plano Piloto, e por isso, deveriam ser preservados e quais eram as características acessórias que poderiam sofrer transformações ao longo do tempo. Estas categorias eram avaliadas segundo a sua representatividade cotidiana e considerando o processo de desenvolvimento urbano de Brasília, sendo elas: o bairro; o sítio físico - compreendido pelos elementos do meio natural associados à configuração dos assentamentos urbanos; a estrutura de configuração do espaço das cidades - composta pelos vários elementos arquitetônicos que estruturam a composição das cidades (nível da planta baixa, nível da silhueta, nível da estrutura interna do espaço) e a tipologia de edificações e de outros elementos afins - análise das edificações e do mobiliário urbano como elementos caracterizadores dos assentamentos urbanos.

O GT trabalhou também com escalas que exigiam tratamento diferenciado: a micro e macro escalas. A primeira se referia aos monumentos, edificações e pequenos conjuntos urbanos cujos procedimentos de preservação já eram prática recorrente no Brasil - a inventariação dos bens patrimoniais e o seu respectivo tombamento. Esses bens são comumente consagrados por seu valor histórico, artístico ou pelo seu valor referencial para uma dada comunidade. A segunda escala, mais complexa, se referia a toda área de Brasília, contemplando os três componentes básicos de toda estrutura urbana: “a) a sua forma aparente ou configuração - aspecto tradicionalmente conhecido como “ocupação do solo”; b) às atividades que ocorrem no espaço urbano - aspecto tradicionalmente conhecido como “uso do solo”; c) ao sistema de espaços destinados à circulação - que normalmente é mencionado como normas de sistema viário.” A formulação de diretrizes de preservação e de legislações de proteção para que fossem adequadas à realidade e às peculiaridades do Plano Piloto, deveriam ser baseadas nestes aspectos mencionados acima, a partir de escolhas éticas feitas por meio do trabalho conjunto entre o GT e a sociedade, tornando a linguagem da pesquisa e de seus produtos acessíveis a população do DF vinculada ao Plano Piloto (RIBEIRO, 2003, p. 55).

Em qualquer cidade, as políticas de preservação precisam atuar de forma flexível e compatível ao desenvolvimento urbano e às demandas de sua sociedade, elementos que estão em constante transformação. O caso da Vila Planalto mostrou que o recurso do tombamento

não foi suficiente e, tampouco, determinante para garantir a preservação das características físicas e as relações afetivas, de pertencimento, e de identificação com o local. Por essas razões, o instrumento do tombamento não era, na época, um recurso unânime para os membros do GT- Brasília, segundo depoimento da arquiteta Yêda Barbosa concedido em entrevista realizada em março de 2014:

(...) A proposta do GT nunca foi de congelar a cidade, nós éramos refratários à questão de tomar Brasília, porque o instrumento do tombamento se prestava aos bens consolidados, aos bens que já estavam consagrados ao longo da história. Brasília estava em construção. Brasília, nos primórdios do GT, tinha cerca de 50%, 40% vazia; superquadras inabitadas, em terra livre. Havia grandes bolsões de vegetação nativa dentro da cidade e isso não dava pra você simplesmente tomar. Você precisa ter uma estratégia para que a cidade seja dinâmica e continue dinâmica ao longo do tempo.

A cidade é um campo de representações simbólicas infinitas, cada um a apreende de formas distintas e incontínuas, contribuindo para o processo de formação de identidades, tanto da cidade, quanto de seus habitantes. Por isso, a manutenção do patrimônio não deve impedir que este processo de ressignificações do espaço aconteça. O tombamento de todo o conjunto urbanístico de Brasília poderia limitar as interações sensíveis daqueles que vivenciavam o Plano Piloto e reduzir a representatividade de seus aspectos arquitetônicos somente à importância para a história da arquitetura mundial. A abordagem proposta pelo GT vai ao encontro da crítica apresentada pelo autor francês Henri-Pierre Jeudy em seu livro intitulado *Espelho das cidades*. O livro reúne duas obras do autor: *A maquinaria patrimonial* e *A crítica da estética urbana*. A primeira analisa a situação patrimonial urbana nos dias de hoje e a segunda questiona a representação simbólica das cidades contemporâneas (JACQUES apud JEUDY, 2005, 9). A reflexão do autor se debruça sobre um fenômeno urbano atual que se denomina espetacularização das cidades. Este está associado a dois outros processos distintos concernentes a contemporaneidade, a patrimonialização e a estetização das cidades. O autor critica a naturalização dos processos de conservação e restauração patrimonial e os seus usos excessivos. As cidades, principalmente aquelas que possuem maiores atrativos turísticos, são alvos de estratégias políticas e econômicas e exploradas como produtos para vender uma imagem; os aspectos positivos de uma cultura são exaltados e enquadrados numa ordem simbólica homogênea, valorizando-se apenas as representações comuns de uma sociedade ou de uma cultura. Este processo de “museificação urbana” substitui as práticas cotidianas populares por simulacros culturais turísticos (JEUDY, 2005, p. 12) e não permite mais o acidente de transmissão, ou seja, nada mais passa despercebido. “Um *savoir-faire*, um moinho ou uma cabana de pescador não devem mais desaparecer. Entre o gesto, a construção e a

linguagem, não há espaço para a escolha, tudo deve ser transmitido graças a uma operação prévia de conservação” (Ibidem, p. 16).

A intenção do GT era aproximar a sociedade de seu patrimônio e conscientizá-la sobre a sua preservação. Isto seria feito, como dito anteriormente, por meio da escolha dos elementos caracterizadores da cidade que fossem representativos para a sua sociedade. Se a população se reconhece em seu patrimônio, se este integra o seu cotidiano e interage diretamente com as práticas sociais realizadas no âmbito urbano, o exercício da preservação torna-se uma prática interiorizada, ao menos, enquanto o bem for significativo para a sua sociedade. A cidade e o seu patrimônio devem corresponder às expectativas de seus habitantes e não aos interesses de uma pequena parcela. No oriente, Jeudy utiliza como exemplo o Japão, a preservação da identidade de um povo se dá nas práticas cotidianas e por isso o sentimento de pertencimento cultural não necessita de proteção, pois este se manifesta no dia-a-dia das pessoas, “graças a uma multiplicidade de trocas simbólicas que envolvem o próprio corpo” (JEUDY, 2005, p. 22). Jeudy afirma que a manutenção da ordem simbólica é a justificativa mais corrente a conservação patrimonial (Ibidem, p. 09). O culto ao passado, juntamente à necessidade ocidental de petrificar as representações simbólicas de uma cultura e de uma sociedade reside no receio do indivíduo perder a sua própria continuidade. A globalização é encarada como uma ameaça à desestruturação das identidades culturais, pois tende a homogeneizar as cidades, por isso a necessidade de se preservar tudo. Tecla, cidade do império de Kublai Kan, está escondida atrás de tapumes, andaimes, escadas e armaduras metálicas, está em construção por tempo indeterminado. Marco Polo pergunta aos seus habitantes “Por que a construção de Tecla prolonga-se por tanto tempo?”, estes respondem: “Para que não comece a destruição”. A população temia que após a retirada dos andaimes não só a cidade começasse a desmoronar, mas também os seus habitantes. Insatisfeito com a resposta, pergunta: “Qual é o sentido de tanta construção? Qual é o objetivo de uma cidade em construção senão uma cidade?” (CALVINO, 1990, p. 117).

O relatório de 1982 elaborado pelo GT abordava a questão da participação do GDF. Cabia ao corpo técnico do Grupo desenvolver o projeto, a metodologia, os estudos e as diretrizes de preservação. Estas providências estavam diretamente relacionadas à estrutura do GDF que detinha os poderes conferidos pelo Decreto n.º 5319. Entretanto, o relatório apontava que devido a injunções internas à representação do Governo do Distrito Federal, a participação deste não apresentava condições satisfatórias, estando pouco integrado às atividades realizadas pelo GT. Sandra Ribeiro também relatou que o GDF era um parceiro omissivo, e, por isso, o grupo não conseguiu trabalhar a preservação de Brasília vinculada à

política urbana. Apesar das tentativas, a articulação com a área de planejamento urbano não foi alcançada (RIBEIRO, 2003, 61).

O objetivo final do Grupo de Trabalho- Brasília era fornecer ao Governo do Distrito Federal e à Fundação Nacional Pró-Memória um documento que contivesse “(...) a visão geral e detalhada do patrimônio cultural do DF, sua situação atual e as formas de sua preservação, através de diretrizes e projetos (...)” (Relatório síntese, 1985, p. 04). O relatório síntese apresentado pelo Grupo em fevereiro de 1985 apontava que a maioria das atividades propostas na etapa preliminar já havia sido concluída, como a identificação dos pontos de interesse histórico nas regiões circunvizinhas ao Plano Piloto e o inventário das mesmas. O GT, naquele momento, estava contatando comunidades locais de Brasília, órgãos públicos e empresas que atuavam no desenvolvimento urbano da cidade, recolhendo depoimentos e estudando as regulamentações que regiam a construção civil de Brasília para identificar as falhas que comprometiam e abriam brechas para a descaracterização do plano urbano e ambiental da cidade. Em março/abril do mesmo ano foi apresentado um segundo relatório. Nessa etapa o GT estava com a atenção voltada para o patrimônio contemporâneo da cidade, ou seja, estava realizando os estudos de caracterização do Plano Piloto para identificar os elementos e princípios básicos mais significativos de sua concepção e as “qualidades sedimentadas pelo processo histórico da mesma”. Paralelamente ao trabalho desenvolvido pela equipe fixa do GT, outras três pesquisas foram feitas em parceria com especialistas sobre assuntos específicos: “Historiografia dos assentamentos urbanos precários ou deteriorados no DF”, realizada por equipe da Universidade de Brasília com coordenação do professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Muhdi Koosah; “Estudo da Paisagem na Região do DF”, também feita na UnB com coordenação do professor da FAU Eurico João Salviatti, com a colaboração do Dr. Bráulio Dias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a “Pesquisa de Imagem no Plano Piloto de Brasília”, realizada a partir de convênio com CNDU/MINTER e com o apoio da CODEPLAN/GDF.

2.2 - A Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília junto à População do Distrito Federal

Como mencionado na introdução deste trabalho, a escolha do tema foi motivada pela leitura do livro *As cidades invisíveis*. O livro de Calvino proporciona um encantamento que se justifica pelo sentimento de identificação com as experiências vivenciadas por Marco Polo em

suas viagens. Cada uma das 55 cidades visitadas pelo viajante veneziano, descritas com tamanha minúcia ao imperador Kublai Kan, possuem características que me remetem não só às questões referentes à estrutura urbana de Brasília, mas também às relações afetivas e sensíveis que mantenho com a cidade. Certamente, os pequenos contos se aplicam ao contexto de qualquer outra metrópole, porque o autor trabalhou o espaço urbano como metáfora para abordar questões relacionadas à existência e às relações humanas. As cidades são depósitos de subjetividades. O próprio Calvino disse que “As cidades invisíveis” foi a obra em que ele pensa haver dito mais coisas, pois conseguiu concentrar em um único símbolo todas as suas reflexões, experiências e conjecturas (1990), eu diria que de forma eminente e universal pela sua capacidade de provocar nos leitores um sentimento de alteridade e autorreflexão

Estabelecemos relações próprias com os lugares, os múltiplos signos contidos nas cidades se apresentam e se reapresentam de acordo com os desejos e lembranças de cada um; a paisagem, os objetos, os monumentos não são apreendidos pelo que são em si, mas pelo o significado que tem pra cada indivíduo. Calvino busca mostrar isso, as descrições feitas por Marco Polo, nada mais são do que um reflexo de seu olhar, de suas experiências e de suas lembranças. “No ritmo de nosso assombro, de nosso entusiasmo ou de nossa desaprovação, construímos de forma imaginária uma cidade dentro da cidade, que temos a oportunidade de ver ou morar nela” (JEUDY, 2005, 81). As cidades se tornam múltiplas pela sua infinidade de signos e possíveis interpretações, a cidade nunca é uma só. Essa característica permite que os centros urbanos sejam, também, lugares de transformação do sujeito.

Henri-Pierre Jeudy, no livro *Espelho das cidades*, diz que “A cidade excede a representação que cada pessoa faz dela. Ela se oferece e se retrai segundo a maneira como é apreendida” (JEUDY, 2005, p. 81). O GT - Brasília queria saber como o Plano Piloto de Lucio Costa estava se oferecendo para a comunidade de Brasília, o que era representativo para a consolidação de sua identidade cultural e o que não era. A Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília junto à População do Distrito Federal foi parte integrante dos estudos desenvolvidos pelo Grupo para identificar como o Plano Piloto era apreendido por aqueles que o vivenciavam. A estética e a lógica urbanística e arquitetônica modernas utilizadas em larga escala em Brasília eram inéditas no país e não aludiam às referências de cidade que tinham a maioria de seus habitantes, vindos de outras regiões brasileiras, provocando um estranhamento e um sentimento de não pertencimento, descrito por Holston como “brasilite”. Essa sensação de desolamento e desfamiliarização vivenciada nos primeiros anos de Brasília, enquanto a cidade ainda estava em construção, contrasta com o que era vivenciado em

Isidora, outra cidade do Império de Kublai Kan, que possuía uma praça onde os velhos, sentados em um murinho, viam a juventude passar e os desejos se transformarem em recordações (CALVINO, 1990, p. 12). Jeudy afirma que a nostalgia é uma das maneiras de apreender a cidade na qual vivemos; a rememoração é algo cíclico que mistura as imagens do presente com as do passado (JEUDY, 2005, p. 88). O reconhecimento e o significado das cidades são estabelecidos na temporalidade (PESAVENTO, 2007, p. 15), como Brasília era uma cidade nova, logo sem a experiência e densidade do tempo, aqueles que chegaram para habitá-la logo após a sua fundação foram estabelecendo laços e conexões a partir de suas referências de cidade, afinal segundo Pesavento (Ibidem, p. 16):

A cidade sempre se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente. Assim, o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, em uma ambivalência de dimensões que se cruzam e se entrelaçam.

Partindo de minha vivência na cidade e de sua concepção arquitetônica que segue uma lógica diferente das outras metrópoles brasileiras, acredito que Brasília seja uma cidade que as pessoas aprendem a gostar, os seus encantos e virtudes precisam ser destrinchados; são revelados quando aprendemos a nos apropriar de seus espaços que, às vezes, não mostram as suas diversas possibilidades de uso. Atualmente, percebo que as características identitárias da cidade e de seus habitantes estão cada vez mais evidentes e pulsantes, conforme surgem uma série de projetos e de iniciativas culturais que se apropriam positivamente dos espaços da cidade, desfazendo e ressignificando os seus estigmas, principalmente o de ser um lugar que não aproxima as pessoas, que não propicia trocas entre os indivíduos.

A Pesquisa de Imagem foi formulada abrangendo uma grande variedade de aspectos relacionados “ao cotidiano, à formação cultural da população: seus referenciais de espaço, trajetos diários e posicionamento ante várias características da cidade” (Relatório Pesquisa de Imagem, p. 03) e, por isso, além de fornecer subsídios para a formulação de diretrizes de preservação para o Plano Piloto coerentes com a sua representatividade para a sociedade civil, poderia servir de base para outros estudos em áreas afins. As perguntas dos questionários foram formuladas pelo GT com a colaboração de técnicos da CODEPLAN e com assessoria de professores e alunos do departamento de Estatística da UnB, com base em pesquisas de opinião anteriores para adequar a sua aplicabilidade e possibilitar a tabulação mecanizada dos dados para facilitar a interpretação e consulta dos resultados.

Foram aplicados mil questionários - amostra considerada significativa para os técnicos da CODEPLAN- à população do Distrito Federal, que tinha algum vínculo com o Plano Piloto, residencial (há pelo menos dois anos) ou laboral, por pessoas especialmente treinadas pela equipe do GT durante novembro de 1983. Dos mil questionários, 229 foram respondidos por pessoas que nasceram em Brasília, que vieram para a cidade com até cinco anos de idade, ou que aqui chegaram, em qualquer idade, até 1960. Os resultados destes foram analisados e interpretados, inicialmente, de forma separada, pois indicavam a parcela da população que teria raízes mais profundas, laços mais consistentes de identidade e de integração com a cidade - “A cidade se apresenta de forma diferente para quem chega por terra ou por mar” (CALVINO, 1990, p. 22). Depois, os dados obtidos foram comparados à outra amostra de questionários, separados por faixa etária, renda salarial e local de moradia e interpretados a partir da inter-relação das perguntas, das respostas e dos cruzamentos. Esta interpretação também foi feita embasada na experiência e na vivência da cidade pelos técnicos do Grupo de Trabalho. Além de acompanhar o estudo técnico de caracterização de Brasília que estava sendo feito em outras atividades desenvolvidas pelo GT, já mencionadas nesse capítulo, a Pesquisa de Imagem também esclareceria os problemas de apropriação dos espaços por parte da população, o comportamento e a opinião desta em relação à caracterização dos espaços do Plano Piloto.

Os questionários foram divididos em nove perguntas. Assim como foi feito no relatório de análise elaborado pelo GT, exporei os resultados referentes a cada questão, quando possível, analogamente às aventuras de Marco Polo pelas cidades invisíveis do Império do Grande Khan. A primeira questão do questionário versava sobre a identidade e a integração da população com o Plano Piloto e perguntava, de maneira genérica e objetiva, quais os motivos que os faziam (ou não) gostar de Brasília²⁵. As respostas tinham um caráter apenas referencial e deveriam ser marcadas com um “G” (gosto), caso a manifestação fosse positiva ou um “N” (não gosto) para as manifestações negativas, em caso de indiferença nada deveria ser marcado. Entre as opções de resposta tinham: “amigos”, “família”, “vizinhos”, “cidade”, “trabalho”, “estudo”. A frequência geral das respostas foi positiva, cerca de 60% da população dizia gostar de Brasília, 30% dizia não gostar e os outros 10% se mostrou indiferente. As respostas com maior incidência positiva foram as que diziam respeito ao trabalho (13%), à vizinhança (9,6%) e a relação com a cidade (8,8%). As regiões que

²⁵ A pesquisa foi aplicada com habitantes de várias regiões administrativas do Distrito Federal, como Planaltina, Brazlândia, Taguatinga, Guará, Ceilândia, Gama, Núcleo Bandeirante e também em alguns acampamentos, por isso, Brasília era apreendida como um todo.

obtiveram os maiores índices positivos em relação à vizinhança foram, Brazlândia e Planaltina. O GT associou este fato à idade das cidades, na época com 52 e 126 anos respectivamente e, por isso, as relações com os vizinhos tendiam a ser mais profundas e duradouras. Quanto à faixa salarial, constatou-se que quanto menor era renda, maior era a interação com os vizinhos. Acredito que o sentimento de cooperação e de solidariedade é bem maior entre os que dispõem de menos recursos econômicos. Os entrevistados do Plano se mostraram mais indiferentes à vizinhança do que os moradores das regiões administrativas. O GT compreendeu a fraca expressividade das relações de vizinhança no Plano Piloto como um aspecto problemático, já que o plano original da cidade enfatizava com veemência a Unidade de Vizinhança como um elemento agregador entre os moradores das superquadras. Vale ressaltar também, que algumas regiões administrativas são símbolos de resistência, pois tiveram suas origens nos acampamentos de obras. Habitavam pessoas que vieram para Brasília movidos pela possibilidade de maiores oportunidades de trabalho e de ascensão econômica e que precisaram unir esforços para se estabelecer em uma cidade cuja configuração urbana é excludente. Para algumas dessas pessoas Brasília foi uma escolha e não uma imposição.

No caso do item “cidade”, a intenção era verificar em que proporção a interação indivíduo *versus* cidade era mais forte ou fraca em certas camadas da sociedade. Mais uma vez a ocorrência foi mais positiva nas regiões administrativas do que no Plano Piloto. Brazlândia, Planaltina, Sobradinho e Ceilândia tiveram os maiores índices de aprovação. A amostra referente aos nascidos em Brasília e aos pioneiros também revelava um aumento significativo das manifestações positivas. O Grupo de Trabalho concluiu, nesta primeira questão, que as notações comprovavam, de um modo geral, bons índices de identidade e integração entre a população e a cidade, no que dizia respeito aos componentes socioculturais (família, amigos) e à relação com a própria cidade, considerando o seu conceito básico.

A segunda questão pretendeu trabalhar com os elementos físicos e espaciais considerados essenciais para a caracterização de Brasília. O GT agrupou estes elementos em categorias de análise já utilizadas em outros estudos do GT, segundo a sua metodologia de abordagem. A pergunta era “Dentre os vários aspectos que caracterizam Brasília, quais aqueles que mais lhe agradam ou não?”. Foram listados uma longa série de elementos e deixado um espaço aberto para possíveis indagações sobre a existência de outros, segundo a opinião dos entrevistados. Por meio dos resultados seria possível determinar as características essenciais e as problemáticas do Plano Piloto, contribuindo para o direcionamento das

medidas de preservação. A primeira categoria era referente ao sítio físico, às características que diziam respeito “à paisagem natural que oferece ambiência e envolvimento à cidade construída, e à paisagem transformada por esse processo de urbanização”, ou seja, procurava verificar como a sociedade se relacionava, por exemplo, com o cerrado natural da região e com a vegetação ali introduzida posteriormente, ou então com o uso e apropriação do lago. Com relação à topografia, a lista fazia menção ao horizonte plano e aberto de Brasília, quase 70 por cento da população simpatizava com este aspecto da cidade. Quanto ao lago as pessoas foram bem mais receptivas ao visual proporcionado por ele (70%) do que ao uso que se podia fazer dele (32%), o GT constatou que por ser um território bastante privatizado, por clubes e residências, a orla do Lago Paranoá era pouco favorável ao uso social livre e democrático. O Parque da Cidade também teve ótima receptividade. Os resultados referentes a esta categoria teriam grande valia também para a “Pesquisa da Paisagem Natural da Região de Brasília” que estava sendo desenvolvida pela GT em paralelo.

A segunda categoria foi aprendida pelas características referentes à planta baixa de Brasília para extrair quais elementos de seu plano urbanístico tinham mais força junto à população. A planta baixa seria a maneira pela qual “se integram as várias superfícies da cidade, no nível do solo definindo planos horizontais, espaços vagos ou ocupados e, dentre esses últimos, definem-se quais se apresentam sob diferentes tipos de ocupação e sob diferentes usos”. Entre os itens, o relatório de análise destacou a “setorização” (setores com funções definidas em lugares determinados) do Plano Piloto, pois foi um dos elementos com menor aceitação pela população, manifestada no espaço aberto destinado a sugestões e críticas. Entretanto, na marcação objetiva a aceitação foi razoável, em ambas as amostras, cerca de 50% da população dizia gostar dessa característica, mas surpreendentemente, a amostra referente aos nascidos e pioneiros apresentou maior índice de negação - 17% contra 14%. É interessante constatar que há 30 anos, a setorização proposta por Lucio Costa já não atendia, como deveria, às necessidades de cada conjunto de superquadras. Na época, como o projeto do Plano ainda não havia sido concluído, existiam muitos espaços ociosos e sem uso, em contrapartida, comércios já estabelecidos precisavam atender habitantes de outras quadras, provocando a superpopulação de certas áreas. Atualmente, o maior problema é o contingente de carros que excede a capacidade confortável para a circulação nas entrequadras e comerciais, visto que estas nunca atenderam, como proposto, as demandas de serviços básicos de cada Unidade de Vizinhança.

O item referente aos “espaços abertos sem uso” - correspondente aos espaços ainda não construídos e aos espaços planejados para serem efetivamente livres - não teve boa aceitação da população (resultado similar nas duas amostras), apenas 24% dizia gostar e 30% se mostrou indiferente. Quando cruzado com o item referente “aos espaços gramados”, como no Eixo Monumental, neste caso, houve maior receptividade. O item “inexistência de ruas e espaços do tipo tradicional” que fazia referência a ausência de elementos como esquinas, largos e praças comumente encontrados em outras cidades brasileiras também teve respostas pouco positivas em ambas as amostras, especialmente na relativa aos habitantes com raízes mais profundas. Mais uma vez, o resultado foi surpreendente para os técnicos do GT já que estas pessoas aqui nasceram ou chegaram no início ou antes da década de 1960 e, por isso, deveriam estar melhor adaptadas a esses espaços não tradicionais. Para compreender melhor esses dados, o GT fez um cruzamento entre esses dois itens apresentados: entre as 366 pessoas (de um mil) que gostam da “inexistência de ruas e espaços do tipo tradicional” e as 579 que gostam da “setorização”, 289 pessoas gostam de ambos.

Pelos resultados apresentados nesses últimos três itens, é possível inferir que a concepção urbanística de Brasília estava longe de ser o elemento determinante de sua boa aceitação por parte dos habitantes do DF, nem mesmo os que tinham um vínculo temporal maior com a cidade atribuíam a sua identificação aos elementos arquitetônicos; ao contrário, as principais características do projeto de Costa, como a Unidade de Vizinhança, a setorização, os espaços livres que acompanham a escala bucólica se apresentaram como questões problemáticas por não se desenvolverem conforme previsto. Atribuo a reduzida receptividade ao plano urbanístico da cidade, ao fato da arquitetura e do urbanismo modernos não condizerem com as referências urbanas dessas pessoas. O desenvolvimento de Brasília além de seguir uma lógica predeterminada, também limitava as intervenções estéticas pessoais, as pessoas podem possuir a posse do imóvel, mas não tem a liberdade para transformá-lo como desejam. Já nas regiões administrativas, os habitantes possuem maior liberdade para expressar seus gostos e preferências estéticas em suas moradias, por isso a sensação de sair do Plano Piloto é a de estar em outra cidade com dinâmica e estética urbanas bem diferentes. Brasília tem um pouco de Zirma, cidade visitada por Marco Polo. Lá, assim como aqui, os viajantes retornam com memórias bastante diferentes. Segundo Polo “A cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente” (CALVINO, 1990, p. 23), ou seja, compreendemos a nossa cidade a partir da imagem que temos de outras cidades, buscamos referências no passado a todo tempo, mas tanto Zirma quanto Brasília por

possuírem uma configuração urbana que não aludem a maioria das outras metrópoles, não se repetem. Polo percebeu que as memórias que tinha de Zirma não eram compatíveis com as de seus companheiros de viagem, pois assim como a cidade a memória também é redundante: “repete os símbolos para que a cidade comece a existir.” (Ibidem, p. 23). Concluiu que independente da forma da cidade e de sua capacidade de fazer referência a outras cidades, sempre buscamos interpretá-la e significá-la a partir de fragmentos de nossa memória e do que já nos é familiar. Passados mais de 50 anos da fundação de Brasília, pergunto-me se a integração dos habitantes com sua concepção arquitetônica é maior atualmente, principalmente após o seu tombamento e os valores de identidade e memória associados a este recurso.

Considerando ainda a categoria referente à planta baixa, o Grupo procurou saber também como era a integração da população nos espaços relativos às quadras habitacionais, os itens abrangiam questões mais gerais como “o conceito de superquadra” e específicas como, “número de blocos”, “afastamento dos blocos”, “equipamentos internos”, “equipamentos externos”. Em ambas as amostras os resultados foram positivos, as quadras e os seus componentes isolados tiveram boa aceitação entre a população do DF. O número de pessoas que não gostam foi inexpressivo comparando com o número de pessoas que gostam ou que são indiferentes. Presumiu-se que a forte presença de “indiferentes” fazia referência aqueles que não moravam no Plano Piloto. Curiosamente, após o cruzamento dos dados, o resultado apontou que a média das pessoas que gostam das quadras e não moram no Plano não mudou muito em relação aos que gostam e moram no Plano, 59,2% contra 62,6% respectivamente. Dos itens apresentados, o que teve melhor receptividade junto à população foi o dos “equipamentos externos” (tais como comércio, entre outros) com 76,8% de manifestação favorável.

Veremos agora qual foi a opinião dos participantes a respeito do sistema viário do Plano Piloto. Esta questão compreendia elementos variados como “trevos e viadutos”, “cruzamentos locais”, “semáforos”, “ruas largas”, “congestionamentos”, “transporte coletivo”, “longas distâncias entre residência/trabalho, cidades satélites/Plano Piloto, para pedestres”, “acesso residência/trabalho”, “atrativos nos caminhos de pedestres”. Observou-se que em ambas as amostras a preferência por trevos e viadutos era maior do que pelos cruzamentos, cerca de 70% contra 27%. Muito boa recepção tiveram os semáforos e as ruas largas. Obviamente, os congestionamentos já eram mal tolerados, 98,7% do total da população entrevistada se manifestou contrária aos mesmos. Os transportes coletivos além de

serem alvo de muitas críticas na questão subjetiva, também não tiveram boa aceitação na questão fechada, em ambas as amostras (tirada a média) cerca de 50% das pessoas disseram não gostar, a outra metade se dividiu entre os que gostam (39%) e os indiferentes (13%). Suponho que os “indiferentes” se referiam a parcela da população que não utilizava o transporte coletivo. Pelo cruzamento dos dados, a incidência dos que gostam foi apenas favorável em Planaltina, Sobradinho e a maior parte do Plano Piloto. Contraditoriamente, os moradores das 700 Sul, próximos à W3 e consequentemente, com melhor acessibilidade aos ônibus foram os que mais se manifestaram contra. Provavelmente, por disporem de outros meios de transporte, como carros particulares e pelas inconveniências associadas ao barulho e a periculosidade da via, segundo o relatório do GT.

Presumidamente, todos os itens referentes às longas distâncias enfrentadas na cidade, seja entre o trabalho e a residência, as regiões administrativas e o Plano ou as distâncias para os pedestres também tiveram pouca aceitação, com uma média de favorabilidade, em ambas as amostras, de apenas 20%. Como já mencionado, a oferta de empregos e serviços sempre foi maior no Plano, o centro político administrativo do Distrito Federal, levando a maior parte da população a enfrentar, diariamente, grandes distâncias para chegar ao trabalho. Considerando este aspecto, Brasília também tem um pouco de Pentesileia: “expande-se por diversas milhas ao seu redor numa sopa de cidade diluída no planalto” (CALVINO, 1990, 142). Nessa cidade imaginada, os habitantes também voltam todas as manhãs para trabalhar ou para dormir. Mas Marco Polo queria saber qual era a cidade onde afinal se vivia: “fora de Pentesileia existe um lado de fora? Ou, por mais que você se afaste da cidade, nada faz além de passar de um limbo para o outro sem conseguir sair dali?” (Ibidem, p. 143). Diferentemente desta cidade de Calvino, onde os espaços se entremeiam e os centros estão em todos os lugares, Brasília possui os limites entre centro e o entorno bem delimitados, não só pelos quesitos arquitetônico e urbanístico diferenciados, mas principalmente pela estratificação social. Contudo a reflexão trazida por Pentesileia me fez pensar que as pessoas que vivem nas regiões administrativas e trabalham no Plano pouco vivem seus locais, despendendo o tempo livre nos deslocamentos, que demoram pelas longas distâncias, pelos congestionamentos e pela falta de transporte público adequado. Esses elementos foram selecionados pela equipe técnica do GT, porque eram traços característicos da malha viária do Plano Piloto, por isso, é interessante notar que aspectos como o congestionamento, o transporte coletivo e as longas distâncias enfrentadas pelos pedestres e por aqueles que precisavam se deslocar das regiões administrativas para o Plano e vice-versa já eram, há 30 anos, questões problemáticas, sendo que o IBGE aponta que a população do DF em 1980 era de 1.176.935 e atualmente 2.789.761.

O item referente ao acesso residência/trabalho teve aceitação oposta ao item referente “às longas distâncias”, indubitavelmente, porque o número de veículos na época era consideravelmente menor do que é hoje, logo o tempo de deslocamento também era.

Quanto aos aspectos referentes à circulação dos pedestres foram considerados os “atrativos no caminho” e as “distâncias”. Em ambos os itens houve um equilíbrio entre as respostas favoráveis, desfavoráveis e indiferentes, todas com cerca de 30%. Coerentemente com as longas distâncias pouco sombreadas proporcionadas pelo Eixo Monumental e pela Esplanada dos Ministérios, os índices de desaprovação foram maiores nesses locais, quando utilizados cotidianamente; nas horas livres os resultados expressados foram positivos, devido aos pontos turísticos presentes nesses locais.

A terceira categoria utilizada pelo grupo dentro da segunda questão foi acerca dos elementos tipológicos arquitetônicos, ou seja, como a população recebia e se identificava com os espaços e edificações propostos para o Plano Piloto, abrangendo itens como: “gabarito das quadras”, “pilotis”, “gabarito do Eixo Monumental”. Como esperado os resultados favoráveis foram mais expressivos na amostragem das pessoas com maior vínculo temporal com a cidade. A tipologia arquitetônica do Eixo Monumental teve melhor aceitação do que a tipologia das quadras, devo isso ao fato das quadras serem usufruídas mais pelos seus moradores, enquanto o Eixo é referência para a maior parte da população entrevistada.

A terceira questão era sobre orientabilidade e perguntava “Com relação à sua orientabilidade em Brasília (ruas que costuma usar, pontos de referência, etc.) quais os aspectos da cidade que melhor contribuem para que você se situe no Plano Piloto?”. A intenção era verificar quais eram os elementos mais significativos para a orientação da população na cidade, se eram os fatores não construídos, como mapas e endereços ou os construídos e, dentre este último, quais eram os pontos mais referenciais - vias, edificações. O GT questionava se em cidades tradicionais com endereços com nomes próprios, ao invés de uma sequência numérica lógica como no Plano, os marcos referenciais de bairros e ruas seriam mais significativos que no Plano Piloto. Por exemplo, em cidades como o Rio de Janeiro é comum as pessoas se orientarem por pontos referenciais ao invés do próprio endereço. Constatou-se que o endereço é bastante importante na orientação, enquanto os mapas da cidade são pouco conhecidos. O elemento referencial mais citado e, por isso mais significativo foi a rodoviária. Os prédios mais altos, como o do Banco Central, da Caixa Econômica não foram bem cotados como marcos referenciais. O GT concluiu que as referências de orientabilidade mudavam de acordo com os locais onde as pessoas moravam.

Por exemplo, para os moradores da Asa Sul referências como a “rua da Igrejinha²⁶”, “rua da Cobal²⁷”, “rua do Beirute²⁸” eram mais utilizados do que para moradores de outras regiões. Essa variabilidade de referências também demarcava para o Grupo o abairramento da cidade, afinal “os olhos não veem coisas, mas figuras de coisas que significam outras coisas: o torquês indica a casa do tira-dentes; o jarro, a taberna; as alabardas, o corpo de guarda; a balança, a quitanda”(CALVINO, 1990, p. 17). Quando algo se torna familiar, por integrar o nosso cotidiano, normalmente este algo deixa de ser o que realmente é para se tornar o que significa pra gente. O Beirute, já referenciado pelo GT, continua sendo um bar de muita tradição em Brasília, quando preciso indicar a alguém a localização de determinada loja, não digo que esta fica na 109 sul, mas na rua do Beirute. Até chegar em Tamara, “Caminha-se por vários dias entre árvores e pedras. Raramente o olhar se fixa numa coisa, e, quando isso acontece, ela é reconhecida pelo símbolo de alguma outra coisa” (Ibidem, p. 17). Esta cidade é, por excelência, a cidade dos símbolos, lá nada é o que parece ser, toda coisa significa outra coisa - “o olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.” (Ibidem, p. 18).

Tanto a quarta quanto a quinta questão referem-se aos espaços e usos do Plano Piloto. A vivência da comunidade com o meio em que vive é fator fundamental para a apreensão dos elementos que compõem a integração e a identidade de ambas, da população e da cidade. O GT procurou saber quais dos espaços que a cidade oferece são os mais usados e vivenciados pela população e em que frequência, se cotidianamente ou apenas nas horas livres (esporadicamente). A quarta questão perguntava “Dos espaços que a cidade oferece para a circulação de seus habitantes, quais aqueles que são de sua preferência para as horas livres?”. O Grupo de Trabalho enfatizou que o uso da palavra “preferência” no enunciado da questão indicava o efeito de empatia da cidade nos seus habitantes, a ideia era identificar os elementos mais significativos, não somente em função de seu uso, mas principalmente em função da identidade. A questão ofereceu como alternativas de resposta várias vias de circulação e, para facilitar a leitura dos resultados, agrupou-as em três grandes grupos: vias estruturais ou

²⁶ Em referência à igreja Nossa Senhora de Fátima, entre as quadras 307 e 308 Sul, projetada por Oscar Niemeyer.

²⁷ Em referência ao mercado que ficava na 311 Sul.

²⁸ Em referência ao restaurante e bar da 109 Sul, inaugurado em 1966.

conformadoras do Plano Piloto; vias complementares do Plano Piloto e vias de ligação do Plano Piloto com outras localidades.

O primeiro grupo se referia às vias delineadoras do Plano Piloto, como os dois eixos que se cruzam e as vias complementares como W3 e L2. Este foi o mais forte quanto à circulação cotidiana. Verificou-se uma preferência pelas vias W3 (Norte e Sul), seguidas pelos eixos e por último a via L2. Constatou-se também que as vias Sul eram mais usadas que as correspondentes Norte. Quanto à circulação esporádica, nas horas livres, os índices foram mais equilibrados, apenas o Eixo Monumental e o Eixão apresentaram números mais expressivos, provavelmente o primeiro pelo seu potencial turístico e o segundo pelo uso esportivo, o GT apontava que esta apropriação do Eixão já era um hábito entre os brasilienses. O segundo grupo era composto pelas vias que perfaziam as tramas transversais (como as dos comércios locais, N2 e S2) e longitudinais (W4, W5, Avenida das Nações) da cidade. Aqui, apenas as vias do comércio local tiveram maior expressividade quanto ao uso cotidiano. A via do Parque da Cidade que também entrava nesse grupo, se configurou como a principal via de lazer de Brasília. O terceiro grupo era formado pelas vias que davam acesso ao Plano Piloto e a frequência do uso, tanto cotidiano quanto nas horas livres, se deu proporcionalmente à população que as utilizavam. A EPTG e a Estrutural foram as que tiveram maiores índices por atender à população do Guará, Taguatinga e Ceilândia.

Já a quinta questão perguntava “Dos espaços que a cidade oferece para você permanecer durante algum tempo, para diversas atividades, inclusive descanso e lazer, quais aqueles que são de sua preferência para o uso cotidiano e quais aqueles que são de sua preferência para as horas livres?”. Como feito na quarta questão, o GT optou por dividir as alternativas em três grupos: a) espaços residenciais, relativos às quadras e o seu território de domínio; b) espaços centrais, relativos às áreas e atividades que se desenvolvem nos setores centrais do Plano Piloto; c) espaços complementares, contidos na área do Plano, mas não pertencentes aos conjuntos que se enquadrem em “a” ou “b”; e d) espaços externos ao Plano Piloto de Brasília, considerando apenas os pontos do espaço natural do DF relativos ao descanso e ao lazer.

No primeiro grupo, em ambas as amostras, os itens tiveram maior expressividade pelo o seu uso nas horas livres, com exceção dos “comércios locais” que eram mais utilizados cotidianamente. “As áreas verdes das quadras” e o “Eixão” foram os itens com incidência mais expressiva no que dizia respeito ao uso nas horas livres. Mais uma vez, o Grupo reiterou a apropriação do Eixão “comumente utilizado como pista de *cooper*, ginástica e distração por muitas pessoas”. O grupo “b” compreendia os espaços de permanência centrais, como a Torre

de TV, Esplanada, Setor Bancário, Setor Comercial, Setor de Diversões, entre outros. Os itens com maior destaque pelo seu uso cotidiano foram a Rodoviária, depois o Setor Comercial Sul e Setor de Diversões Norte (Shopping Conjunto Nacional). Quanto ao uso nas horas livres a Torre de TV se sobressaiu em relação as outras alternativas, depois vieram o Conjunto Nacional e a Catedral, a expressividade desta última surpreendeu os técnicos do GT. O terceiro grupo compreendeu elementos, como a orla do Lago Paranoá, os clubes, o Parque da Cidade, ou seja, espaços mais propícios ao lazer e à diversão e, por isso, tiveram números praticamente irrelevantes no seu uso diário. Os clubes e o Parque da Cidade foram os itens com maior destaque. Pelo cruzamento feito é interessante notar que o Parque era mais frequentado por moradores das regiões administrativas (Sobradinho e Guará, principalmente) do que pelos moradores do Plano.

As cinco primeiras questões buscaram delinear junto à população os critérios que definiam a imagem do Plano Piloto de Brasília, a partir da seleção de elementos considerados pelo GT referenciais do projeto original de Lucio Costa. A sexta questão era referente às transformações sofridas nos espaços da cidade desde a sua fundação para verificar a opinião dos habitantes acerca da introdução de novas características na configuração de Brasília. A pergunta era “Em Brasília vem ocorrendo algumas mudanças, como as quais relacionamos abaixo. Dê sua opinião sobre quais acha que foram para melhor ou para pior.”

O primeiro item fazia menção à transferência dos ônibus interurbanos da Rodoviária para a Rodoferroviária, e teve, em ambas as amostras aceitação positiva, em média 61%. É importante notificar que a parcela da sociedade que se mostrou favorável à mudança correspondia a que tinha faixa de renda maior, superando em quase 20% a média total do DF (77,6% contra 58,9%). A ligação da W3 Sul com a W3 Norte na década de 1970, segundo o relatório do GT, teve uma repercussão negativa, gerando grandes embates entre o governo, imprensa, opinião pública e setores da comunidade, pois foi introduzido um viaduto, onde antes ocupava um parque com fontes e praças. Entretanto, dez anos após, quando os questionários foram aplicados, esta mudança obteve um dos maiores índices de favorabilidade, em torno de 87%, com uma pequena redução no índice respondido por aqueles que nasceram em Brasília ou que pra cá vieram no início, ou antes, da década de 1960. Essa mudança de opinião, provavelmente em decorrência das facilidades trazidas pela ligação das vias me fez lembrar Maurília, mais uma das cidades visitadas por Marco Polo. Lá, os viajantes são convidados à conhecê-la ao mesmo tempo em que observam os velhos cartões postais que mostram como a cidade havia sido. Para não decepcionar os habitantes, os viajantes devem enaltecer a velha Maurília, a cidade dos cartões, preferindo-a, ao invés, da

atual, “tomando cuidado, porém, em conter seu pesar em relação às mudanças nos limites de regras bem precisas (...)” (CALVINO, 1990, p. 30). O saudosismo torna as coisas mais aprazíveis, a Maurília provinciana, aos olhos de seus habitantes, nada tinha de gracioso e continuaria sem ter, caso continuasse como sempre foi - “a metrópole tem esse atrativo adicional - que mediante o que se tornou pode-se recordar com saudades daquilo que foi” (Ibidem, p. 30). Outro item referia-se às mudanças realizadas nos trevos do Eixinho Sul, com a finalidade de encurtar os percursos das quadras para as demais áreas do Plano, a aceitação ficou em torno dos 57,2%, os indiferentes tiveram pouca representatividade se comparado aos que rejeitavam a mudança (37,2%). O quarto e último item referente às mudanças no sistema viário dizia respeito a possível abertura da W1 Norte²⁹, como era pretendido também na correspondente Sul. Apesar do relatório não mencionar, exatamente, o tipo de abertura proposta, acredito que a intenção era fazer uma via contínua, sem as interrupções a cada quatro quadras, como ocorre na Asa Sul. O resultado entre os indiferentes e os favoráveis foi quase o mesmo, por volta de 45%. Para obter respostas mais precisas, o GT cruzou os dados em relação aos moradores das quadras 100 e 300 Norte. Curiosamente, apenas 3% classificaram como uma mudança para pior, 67% a favor e 30% indiferentes.

Os próximos itens faziam menção às modificações na arquitetura dos edifícios dos comércios locais e da W3 norte em comparação com os modelos da Asa Sul. Em relação a nova tipologia do comércio norte, em ambas as amostras, a mudança foi pra melhor em 55%, considerando toda a população do DF. Quando levada em conta a opinião dos moradores locais, houve um acréscimo de quase 20 pontos. A forma arquitetônica das edificações da W3 Norte também tiveram preferência entre os habitantes do DF. Entretanto é interessante notar que para os moradores das quadras 700 Sul, mais próximas à avenida W3, as mudanças na correspondente Norte foram para melhor (72%), enquanto que para os moradores das 700 Norte a incidência positiva cai para 45,8%.

Os próximos itens pesquisados faziam menção às mudanças ocorridas em setores da cidade considerados concluídos. Segundo a Pesquisa, essa parte do questionário apontou uma ostensiva rejeição da população geral do DF, principalmente a camada referente aos habitantes com vínculos maiores com a cidade, com os respectivos índices de 57,7% e 63,8%. Os itens levantados foram: “criação de novos blocos em áreas verdes de quadras já concluídas”, “fechamento de áreas públicas nos pilotis dos prédios”, “transformação de áreas verdes públicas em estacionamentos”, “uso de áreas de lazer para construção de edifícios”,

²⁹ A via que passa entre as quadras 100 e 300.

“inclusão do mastro da bandeira na Praça dos Três Poderes”, “especialização dos comércios entre quadras”, “alteração no sistema viário, ocasionando cruzamentos e adoção de semáforos”, “locais de moradias diferenciados por nível de renda em Brasília (Plano e cidades-satélites)”, “locais de moradias diferenciados por nível de renda no Plano Piloto”.

Os itens “transformação de áreas verdes públicas em estacionamentos” e “uso de áreas de lazer para construção de edifícios” tiveram altos índices de manifestação contra, a maioria na casa dos 70%, com ligeiras diferenças entre as duas amostras. Concernente ao último item, o GT utilizou como exemplo a construção do edifício da companhia telefônica Telebrasilândia entre as quadras 112 e 113 Sul, espaço que antes era utilizado para atividades de lazer pelos moradores locais. Este fato me remeteu à recente polêmica acerca da construção de uma creche pública entre as quadras 204 e 205 Sul para suprir a demanda por vagas não atendidas na educação infantil. Os prefeitos das quadras se mobilizaram contra a construção do edifício, alegando que o espaço livre deveria ser destinado ao lazer dos moradores e que tal proposta feria a ideia original da cidade. Vale ressaltar que o perfil dos moradores do Plano Piloto é constituído, em sua grande maioria, por pessoas de alta renda que pouco utilizam a rede pública de ensino. Segundo a reportagem de Flávia Maia e Gizella Rodrigues, de 11 de novembro, no jornal *Correio Braziliense*, no Lago Sul, apenas 13% de seus habitantes em idade escolar estão matriculados em escolas do governo. Entretanto, além da concentração de empregos e de serviços estar no Plano, dois terços da população estudantil do DF está matriculada na rede pública e há uma grande carência de vagas. As pessoas que aqui trabalham, mas habitam regiões afastadas e dependem do transporte coletivo para se locomoverem necessitam, também, de maior comodidade em seus dia-a-dia.

O item “fechamento de áreas públicas nos pilotis dos prédios” levantava a questão das modificações como a criação de salões de festa e a introdução de cercas vivas e de grades ao redor dos prédios, privatizando-os e ferindo a ideia da livre circulação proposta por Lucio Costa. Surpreendentemente, mais uma vez, a população se posicionou contra, porém os índices caíram para uma média de 51%, considerando ambas as amostras. Hoje, acredito pelo número de intervenções feitas nos pilotis, que a proporção de pessoas a favor seria maior, sob a corrente justificativa do aumento da violência no Plano Piloto.

A “especialização dos comércios entre quadras” também modificava a concepção original de que cada comércio deveria atender às demandas de suas respectivas quadras, dispondo, por exemplo, de padaria, de farmácia, de mercearia e etc., entretanto as comerciais começaram a se especializar em um único tipo de serviço: CLS 102/302 com apenas farmácias, CLS 109/110 composta em sua maioria por lojas de material elétrico, CLS 304/305

com lojas de roupas e sapatos. A população se mostrou favorável a essa mudança: 62,7% contra 22, 1% dos que rejeitavam.

Os dois últimos itens “locais de moradias diferenciados por nível de renda em Brasília (Plano e cidades-satélites)” e “locais de moradias diferenciados por nível de renda no Plano Piloto” diziam respeito às mudanças referentes às intenções sociais do projeto original, que propunha que a cidade deveria habitar, indiscriminadamente, toda a população de Brasília até que fosse atingido o seu limite máximo de 500 mil habitantes. Segundo o relatório, os índices de rejeição foram maiores do que os de aceitação, o primeiro item ficou em 52,9% e o segundo em 49,4%. Entretanto, a margem foi alta entre aqueles que aceitavam a estratificação do Plano e de Brasília como um todo, cerca de 30% da população.

Segundo o GT-Brasília, a Pesquisa de Imagem foi realizada de forma a evidenciar o papel da população do Distrito Federal como sujeito do processo de desenvolvimento urbano da cidade, assim como, detentora e beneficiária de seu patrimônio cultural (Pesquisa de Imagem, p. 64). A sétima questão intentou saber de quais outras maneiras a sociedade civil poderia participar do processo de gestão de desenvolvimento urbano de Brasília a partir da contribuição de suas opiniões. A pergunta era: “O que você sugere para que as opiniões das pessoas que usam o Plano Piloto de Brasília (aí moram, trabalham, ou vem frequentemente) possam ser ouvidas e utilizadas nas decisões sobre a sua cidade?”.

Nesta questão, o GT optou por apresentar apenas as observações dos resultados obtidos mais relevantes, pois as doze alternativas de resposta (vide questionário) não possuíam significativa relação entre si. O Grupo reiterou que as opções de resposta eram provenientes de opiniões da própria população, lembrando que foi aplicada, inicialmente, uma pesquisa preliminar para 100 funcionários da Fundação Pró-Memória. Outra consideração importante é a ausência de uma página na documentação referente à sétima questão do questionário, que não pode ser recuperada, devido à greve dos servidores da Cultura. Por causa dessa lacuna, não foi possível aferir todos os dados apresentados no gráfico com as observações feitas pelo GT no relatório.

O gráfico representativo da questão aponta que os itens “pesquisas de opinião pública e divulgação de seus resultados” e “divulgação dos problemas da cidade pelos meios de comunicação” ficaram em 1º e em 2º lugar, variando a posição de acordo com cada amostra. Para a parcela da cidade que não incluía os habitantes mais antigos ou aqui nascidos, o primeiro item foi mais expressivo que o segundo. Entre os itens relativos às agremiações

comunitárias - “incentivar e oficializar as miniprefeituras³⁰” e “incentivar e oficializar as associações de moradores” - este último ocupou o terceiro lugar geral, em ambas as amostras, como solução para maior representatividade da sociedade nas decisões políticas sobre o desenvolvimento urbano da cidade. Os itens “acesso da população às decisões” e “criação de um órgão, no GDF, para contato direto com a população” diziam respeito à relação direta entre o governo e a população, ocupando respectivamente o 4º e o 5º lugar, nas duas amostras.

O item correspondente ao 6º lugar, “respeitar o plano original da cidade”, ocupou esta posição somente na amostra referente aos habitantes com vínculos mais estreitos com a cidade, na outra amostra da população este item subiu para a 10ª posição, evidenciando que a preservação das características intrínsecas ao plano original de Brasília eram mais significativas para aqueles que aqui nasceram ou chegaram no início, ou antes, da década de 1960. A 7ª posição foi ocupada pelo item “representação política para Brasília”, apenas na maior amostra, considerando que a outra era composta, em sua maioria, por pessoas com pouca idade (nascidas em Brasília) e, provavelmente, isentas ao voto. O 7º lugar nessa amostra foi ocupado pelo item “oportunidade maiores de reivindicações na imprensa”.

A oitava questão do questionário é referente ao “abairramento” do Plano Piloto de Brasília e foi perguntado “O Plano Piloto de Brasília compõem-se de várias partes que poderiam ser chamadas de bairros. Segundo essa ideia, como você o dividiria?”. Foi apresentada a planta baixa desta região, na qual os participantes da Pesquisa deveriam circular, segundo a sua própria vivência e entendimento, os territórios que representavam bairros. Segundo o GT, a configuração urbana de Brasília não permitia que a compreensão tradicional de bairro fosse aplicada a ela, por isso, nesse caso, o abairramento seria “a divisão da cidade em conjuntos urbanos reunidos a partir da identidade entre os seus elementos formadores, a partir das relações de interdependência ou similaridade entre os mesmos.” (Relatório, Terceira parte, p. 02). O abairramento do Plano era, para o GT, um procedimento metodológico fundamental no processo de sua caracterização, pois a divisão de suas áreas indicaria as peculiaridades de cada local e, dessa forma, seriam direcionadas diferentes diretrizes de preservação.

Pelo fato da pergunta ter um caráter genérico, foram obtidas as mais variadas visões de bairro, expressas de maneiras diferentes: algumas pessoas, provavelmente por não identificarem as regiões correspondentes no mapa, apenas contribuíram listando os nomes dos bairros, ao invés de marcá-los à caneta. Poucas foram as pessoas que contornaram as regiões

³⁰ Termo diretamente associado às superquadras

precisamente, utilizando as vias como limite entre um local e outro. Na maioria dos casos, as regiões foram definidas de forma imprecisa, com marcações que não precisavam os seus limites e abrangência.

Notou-se que as Asas (Sul e Norte) foram as regiões mais frequentemente citadas como bairros, das mil pessoas entrevistadas, 673 as indicaram, ainda que de formas distintas. Por exemplo, 7,8% desse percentual considerou as duas Asas como um único bairro, 59,5% dos habitantes relacionaram como bairros independentes entre si. Os outros 5,2% consideraram as Asas como conjuntos de bairros, em alguns casos, estes foram separados pelas vias de Tráfego longitudinais por separarem tipologias arquitetônicas diferentes, por exemplo, as 700, as 300 e 100, as 200 e 400 configurariam bairros diferentes. O Lago (Sul e Norte) foi a região que teve a segunda maior incidência no abairramento do Plano. As divisões ocorreram de forma similar às Asas. A maioria das pessoas (49,6%) considerou o Lago Norte e o Lago Sul, compreendido também pelo Setor de Mansões Urbanas Dom Bosco - MUDB, bairros distintos.

Quanto à zona central de Brasília - elemento questionado por alguns técnicos, pois a configuração urbana em setores eliminaria o centro – de fato, a sua conceituação e delimitação em bairro se configurou, junto à população, de forma confusa, devido a sua pouca força de identidade. Entretanto 34,7% dos entrevistados consideraram existir um centro no Plano Piloto; 11,7% o identificaram como sendo o Eixo Monumental, apesar de apenas assinalarem a região; 6,9% consideraram a Esplanada dos Ministérios a zona central; 3,1% os Setores Centrais e 1,4% sendo o Eixo Monumental acima da Torre de TV.

As regiões compreendidas pelo Cruzeiro, Octogonal, Setor Militar Urbano, Setor de Indústrias Gráficas e Setor de Indústrias e Abastecimento também foram considerados bairros pertencentes ao Plano Piloto, confirmando a proposição do GT de que o conceito tradicional de bairro ligado primordialmente à função residencial não se aplica em Brasília. O abairramento foi definido pela composição das regiões, segundo seus principais elementos formadores, funções e tipologias arquitetônicas.

A documentação encontrada sobre a Pesquisa de Imagem na superintendência do IPHAN do Distrito Federal não apresenta, de forma detalhada, a nona e última questão do relatório. Esta tem uma abordagem bastante abrangente ao solicitar ao entrevistado que mencione, caso necessário, algo que fosse de seu interesse e que não tivesse sido abordado no questionário, como sugestões, críticas e reivindicações acerca das qualidades e problemas da cidade ou referentes à própria elaboração do questionário. Acredito que por se tratar de uma questão optativa e subjetiva, com respostas variadas, o Grupo de Trabalho levaria mais tempo

para classificá-las e analisá-las e, por isso, optou por não apresentá-las naquele momento. A introdução do relatório indica que as respostas seriam utilizadas como referência em experiências futuras.

Quanto aos resultados aqui apresentados é interessante notar que a arquitetura e o urbanismo de Brasília não eram, como um todo, aspectos relevantes na integração e na identificação da sociedade com a cidade. A sua proposta urbanística impunha uma nova ordem por meio de transformações que negavam as expectativas anteriores a respeito da vida urbana da maioria de seus habitantes (HOLSTON, 1993, p. 62). Além disso, como visto, o urbanismo de Brasília tinha um caráter experimental e, por isso, alguns de seus elementos primordiais não se desenvolveram conforme suas funções previstas no plano original; portanto, as mudanças que propunham correções dos aspectos problemáticos da cidade eram bem aceitas pela população do DF. Por outro lado, foi possível observar, a partir de alguns resultados do questionário, principalmente, em relação à amostra referente aos habitantes com vínculos temporais maiores com Brasília que apesar de sua estrutura urbana diferenciada não ser o fator mais expressivo de identidade com a cidade, alguns de seus elementos já materializavam as experiências do viver urbano, ou seja, de se sentir parte da cidade. Zenóbia (CALVINO, p. 36) comprova que as imagens icônicas da materialidade urbana são aquelas que, de alguma forma, representam as experiências sensíveis vividas por seus habitantes na cidade e que se revelam pela atribuição de significados que perpassam as subjetividades dos indivíduos. Por esses motivos, as cidades possuem características que são muito representativas para os seus habitantes e, por isso, transcendem no tempo:

Não se sabe qual necessidade ou mandamento ou desejo induziu os moradores de Zenóbia a dar essa forma à cidade, portanto não se sabe se este foi satisfeito pela cidade tal como é atualmente, desenvolvida, talvez, por meio de superposições do indecifrável projeto inicial. Mas o que se sabe com certeza é que, quando se pede a um habitante de Zenóbia que descreva uma vida feliz, ele sempre imagina uma cidade como Zenóbia, com as suas palafitas e escadas suspensas, talvez uma Zenóbia totalmente diferente, desfraldando estandartes e nistros, mas sempre construída a partir de uma combinação de elementos do modelo inicial.

A Pesquisa de Imagem apesar de ter apresentado subsídios suficientes para ampliar as discussões acerca da preservação do patrimônio cultural de Brasília junto à sociedade, apenas atuou como uma pesquisa de opinião, em que a contribuição dos entrevistados se limitou a indicação dos pontos favoráveis e desfavoráveis da constituição física de Brasília. A metodologia proposta contemplava, ainda que de forma indireta, a participação da sociedade e previa o retorno dos resultados à população com a apresentação das diretrizes e da legislação

de proteção. Sandra Ribeiro aponta (2003, p.65) que apesar de terem registros, na época, sobre a existência de experiências referentes ao planejamento urbano participativo, não constituía parte da formação profissional dos técnicos do patrimônio trabalhar a representatividade deste junto aos habitantes. Por esse motivo, a despeito do GT não ter articulado e discutido os resultados da Pesquisa com a sociedade, desenvolvendo, de forma conjunta, as diretrizes de preservação, a atividade possibilitou a aproximação e abertura, até então inexistente, da sociedade com o seu patrimônio.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Assim, cada cidade é um palimpsesto de histórias contadas sobre si mesma, que revelam algo sobre o tempo de sua construção e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa. Nesse curioso processo de superposição de tramas e enredos, as narrativas são dinâmicas e desfazem a suposta imobilidade dos fatos. Personagens e acontecimentos são sucessivamente reavaliados para ceder espaços a novas interpretações e configurações, dando voz e visibilidade a atores e lugares.” Sandra Pesavento

Gostaria de concluir este trabalho com as reflexões trazidas pela visita de Marco Polo à Ândria, trecho do livro que fiz questão de apresentar, integralmente, na epígrafe deste trabalho. Nesta cidade, a qualidade que sobressai aos olhos do viajante veneziano é o céu; em Brasília também. Reverenciado até em música, os brasilienses se orgulham da vastidão azul, que nos meses de seca traz as mais lindas combinações de cores, e ousam dizer que céu mais belo não há. Talvez esta seja a característica mais representativa da cidade. Como mencionado no primeiro parágrafo do capítulo 1, tanto Brasília quanto Ândria foram construídas “mediante minuciosa regulamentação” (CALVINO, 1990, p. 136). A última seguindo a correspondência da órbita dos planetas, das constelações e da localização dos astros; e a primeira seguindo as referências da arquitetura moderna de Le Corbusier ressignificada pelos traços de Lucio Costa e de Oscar Niemeyer.

Diante do céu imutável e da perfeita configuração urbana de Ândria, Polo disse que é a única cidade, das quais conhece que convém permanecer imóvel no tempo e que, por isso, compreende que os seus habitantes evitem fazer em sua cidade a mais ligeira mudança (Ibidem, p. 136). Como vimos, Brasília nasceu obra-monumento. Juscelino Kubitschek manifestava, logo cedo, a intenção de tombar o conceito urbano modernista de Lucio Costa, pois temia pelas transformações que pudessem comprometer as feições do maior feito de seu governo. A nova capital carregava o simbólico status de ser “a única cidade do mundo construída, integralmente, sob a égide modernista” (MEDEIROS, 2007, p. 06). Lígia de Medeiros traz dois outros exemplos de conjuntos urbanos que foram concebidos pelos princípios da arquitetura moderna, mas que não resistiram ao tempo pela preponderância de seu aspecto funcional – a “Cidade Branca” de Tel-Aviv e o conjunto habitacional de Pruitt-Igoe em St. Louis, Estados Unidos. A autora infere pelos exemplos dados que privilegiar apenas a hipótese funcionalista da obra arquitetônica não basta, a valorização do simbólico e do estético são igualmente importantes, “sem eles, a arquitetura moderna não transcende do

seu tempo, e quando ela é destituída das suas funções práticas, a sua manutenção não se justifica mais” (Ibidem, p. 101). O processo de consolidação da arquitetura moderna no país durante a primeira metade do século XX se baseou na busca por uma estética arquitetônica propriamente brasileira; no Brasil a funcionalidade sempre esteve associada à beleza. É possível inferir, pelo o que foi visto no capítulo 1, que o discurso precoce sobre a preservação do plano urbanístico de Brasília, por parte de seus idealizadores, tinha a intenção de estabelecer, ainda que de forma forçosa, a aceitação de uma estética inovadora a uma sociedade com referências urbanas distintas. Como visto, a partir dos resultados apresentados nos questionários da Pesquisa de Imagem, a população do DF ainda não estava integrada à configuração urbana da cidade, apenas alguns de seus aspectos isolados se mostraram significativos, contrariando as minhas expectativas iniciais em relação à documentação apresentada. Acredito que o título de patrimônio cultural da humanidade outorgado à Brasília em 1987 e o seu tombamento posterior em âmbito federal são fatores que por possuírem forte carga simbólica e política, possam ter contribuído para o fortalecimento dos sentimentos de identidade e pertencimento da população com a arquitetura e urbanismo modernos da cidade. Ademais, o GT realizou suas atividades, quando Brasília ainda formava a sua primeira geração de brasilienses, atualmente a cidade encaminha-se para a sua terceira geração, sendo que os nascidos a partir de 1990 cresceram sob a égide do tombamento.

De volta à viagem de Marco Polo, os habitantes de Ândria o conduziram a lugares que foram construídos contrariando a estética original da cidade. Curioso, o viajante pergunta se estas inovações não perturbavam o ritmo astral da cidade. “A correspondência entre a nossa cidade e o céu é tão perfeita – responderam –, que cada mudança em Ândria comporta alguma novidade nas estrelas. (...) Cada mudança implica uma cadeia de novas mudanças, tanto em Ândria quanto nas estrelas: a cidade e o céu nunca permanecem iguais” (CALVINO, 1990, p. 137). A cidade é impermanente, porque assim são os indivíduos que a habitam - portadores de subjetividades (desejos, memórias e lembranças) e, portanto, das mais variadas narrativas que se sobrepõem no espaço e no tempo, ressignificando o nosso viver urbano. Os dois capítulos deste trabalho foram permeados pela ideia de Sandra Pesavento (2007, p.11) de que:

(...) o que chamamos de mundo real é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma. Pois o imaginário é esse motor de ação do homem ao longo de sua existência, é esse agente de atribuição de significados à realidade, é o elemento responsável pelas criações humanas, resultem elas em obras exequíveis e concretas ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não realizaram, mas que um dia foram concebidas.

A autora ainda afirma em seu texto *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias* (2007, p. 15) que só passamos a considerar uma cidade como “lugar” e a pensar a realidade urbana quando compreendemos que os espaços são portadores de significados e memórias, esse processo mental de abordagem nos permitiu criar as categorias:

(...) de *cidadão* e de *excluído* para expressar as diferenças visíveis e perceptíveis no contexto urbano fazendo com que se criem novas identidades a partir do gesto, do olhar e da palavra que qualifica; que falamos de *progresso* ou de *atraso*, que distinguimos o *velho* do *antigo*; que construímos a noção de *patrimônio* e instauramos ações de *preservação*, ou, em nome do *moderno*, que redesenhamos uma cidade, destruindo para renovar. São ainda os processos mentais de representação da realidade que nos permitem inventar o *passado* e construir o *futuro*, estabelecer as distinções entre *rural* e *urbano*, classificar ideias e práticas como *modernas* ou *arcaicas*, e considerar certas cidades como turísticas, rentáveis, sustentáveis.

Marco Polo concluiu que os habitantes de Ândria possuíam duas virtudes que mereciam ser recordadas, a prudência e a confiança em si mesmos, pois “Convictos de que cada inovação na cidade influi no desenho do céu, antes de qualquer decisão calculam os riscos e as vantagens para eles e para o resto da cidade e dos mundos” (CALVINO, 1990, p. 137). Esse trecho me remeteu à autonomia que deve ser dada aos habitantes para que participem ativamente das decisões concernentes ao desenvolvimento urbano de suas cidades, uma vez que são os responsáveis pela construção do imaginário urbano. Este diz respeito, segundo Pesavento (2007, p. 15), às formas de percepção, identificação e atribuição de significados ao mundo; é constituído pelas representações que se constroem sobre e na cidade.

O Grupo de Trabalho possuía uma proposta inovadora, ainda que não tenha problematizado os resultados trazidos pela Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília e ampliado às discussões junto à sociedade civil para trabalharem, conjuntamente, às políticas de preservação pra cidade. Primeiramente, porque como mencionado, não era uma prática comum à época considerar a opinião pública nas decisões referentes à preservação patrimonial. Depois, porque a intenção inicial era elaborar um anteprojeto de lei que tivesse uma linguagem acessível para que os conceitos de preservação pudessem ser apresentados e discutidos junto à sociedade. Contudo, a despeito dos esforços levantados, o anteprojeto elaborado em 1987 ia de encontro ao estudo apresentado por Lucio Costa em *Brasília Revisitada*. Outro fator a se considerar, foi o trabalho desenvolvido junto aos moradores da Vila Planalto, em que estes foram sujeitos da luta pela preservação do local e pela regularização de suas moradias, “Quando a participação ocorre a partir da defesa de interesses

legítimos, ela proporciona o questionamento da legitimidade das regras impostas e consegue reverter às decisões no sentido de alcançar os resultados desejados.” (RIBEIRO, 2003, p.59).

Apesar das tentativas, dificultadas também pelo o processo de candidatura ao patrimônio mundial, que postergou o desenvolvimento dos trabalhos do GT, uma vez que seus membros foram incumbidos a elaborar o dossiê de apresentação à UNESCO, a participação da sociedade civil foi excluída do processo de tombamento da cidade. A abordagem metodológica do GT expressa em seu anteprojeto de lei foi preterida pelas recomendações feitas por Lucio Costa, em *Brasília Revisitada*. Este desejava o tombamento, baseado nas escalas urbanísticas do Plano Piloto e dessa forma foi feito, sem a contemplação da opinião pública.

O tema da pesquisa foi levantado a partir das atuais discussões acerca do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, o PPCUB. Este novo plano propõe alterações significativas “na legislação de uso e ocupação do solo que ameaçam os valores e as características fundamentais do Plano Piloto de Lucio Costa e contrariam frontalmente a legislação de proteção” ³¹. Ano passado, tive a oportunidade de assistir a uma audiência pública sobre as propostas apresentadas no PPCUB e fiquei imensamente preocupada com a possível aprovação deste. De fato, a cidade precisa de um novo plano de preservação, pois a dinâmica dos espaços urbanos exige que transformações sejam feitas. Entretanto, existem características, em qualquer cidade, que são representativas para os seus habitantes e fazem com que estes se sintam afetivamente integrados ao espaço, por isso, é preocupante que a sociedade civil esteja tão distante das discussões que dizem respeito às suas relações de pertencimento com o meio em que vivem. Ainda que a sociedade civil esteja representada nas discussões sobre este novo plano de preservação, ela é composta, em sua maioria, por técnicos do patrimônio. Dessa forma, a defesa é proferida por um discurso baseado, principalmente, na representatividade histórica e estética dos bens culturais para a arquitetura e urbanismo mundiais; a população se apropria dessa fala, mas não, necessariamente, se identifica ou se sente representada por esse patrimônio. O ideal seria que a articulação das políticas de preservação do patrimônio levasse em conta não só as características que dão identidade à cidade, mas, fundamentalmente, às que dão identidade aos seus habitantes, considerando também as necessidades inerentes à contemporaneidade. Do mesmo modo, é preciso concentrar esforços no que diz respeito ao uso social do patrimônio e a sua acessibilidade,

³¹ RAMOS, Vera. Disponível em: <http://urbanistasporbrasil.wordpress.com/2012/12/11/ppcub-principais-alteracoes-propostas> Acesso em: 17 jun. 2014

afinal para quem é o patrimônio? Apesar das falhas metodológicas apresentadas pela Pesquisa de Imagem, esta foi um bom recurso para integrar e aproximar a população de Brasília de seu patrimônio. Caso fosse aplicada atualmente, considerando as adaptações necessárias, acredito que os resultados seriam muito diferentes e bastante surpreendentes.

A pesquisa aqui apresentada é apenas parte dos possíveis desdobramentos que a extensa documentação do GT propõe. Acredito que a proposta metodológica utilizada pelo Grupo de Trabalho, há cerca de trinta anos, pode oferecer alguns subsídios importantes para a definição desse novo plano de preservação, o PPCUB. Especialmente, por ter travado uma forma de diálogo com a sociedade - vede Pesquisa de Imagem e mobilização junto aos moradores da Vila Planalto - que não ocorre nos dias atuais. Brasília, cidade onde nasci e cresci e que aprendi a amar (cada vez mais); hoje, quando caminho pelas quadras de minha infância, logo me vem à cabeça recordações entremeadas pelas formas dos prédios, pelos flamboyants, pelos ipês, pelas variações rigorosas de clima que demarcam bem o passar do tempo nessa cidade. E que agora, com mais de meio século de vida, começa a estabelecer certas tradições e características particulares de “brasilienses”, isso fortalece os nossos vínculos afetivos com o espaço urbano. Emociono-me, quando vejo a apropriação dos espaços que vem sendo feita a partir de iniciativas culturais incríveis, que desmistificam a ideia de Brasília ser uma cidade fria e que “expande a distância entre os corpos”³². Por esses motivos, gostaria de dar continuidade à pesquisa para compreender melhor como a população, atualmente, se apropria e percebe o patrimônio cultural desta cidade, contribuindo com a inserção mais participativa e representativa da sociedade nas discussões referentes ao PPCUB.

³² Frase em referência à arte urbana encontrada em muro da comercial da 103 norte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724**: Informação e documentação. Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- ALMEIDA, Eneida de. **O "construir no construído" na produção contemporânea: relações entre teoria e prática**. 2010. 236 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ANDRADE, Mario. Arquitetura Colonial III. **Diário Nacional**, São Paulo, 25 ago. 1929.
- BARREIRA, Irllys Alencar F.. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 9, Jan. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2014.
- BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. A memória de Brasília. In: Síntese dos Trabalhos. GT-Brasília. Brasília, 1985. Mimeo, p. 1-7.
- BO, Joao Batista Lanari. **Proteção do patrimônio na Unesco**: ações e significados. Brasília, DF: UNESCO, 2003. 185 p.
- BRASIL, Lucas. Representações Sociais de Brasília, uma nova perspectiva para o patrimônio moderno. Disponível em: https://www.academia.edu/6735707/AS_REPRESENTACOES_SOCIAIS_DE_BRASILIA_UMA_NOVA_PERSPECTIVA_PARA_O_PATRIMONIO_MODERNO_THE_SOCIAL_REPRESENTATIONS_OF_BRASILIA_A_NEW_PERSPECTIVE_FOR_THE_MODERN_HERITAGE Acesso em: 17 jun. 2014.
- BRASIL. Lei Santiago Dantas n. 3752, de 14 de abril de 1960. Disponível em: <http://urbanistasporbrasil.wordpress.com/2012/12/11/ppcub-principais-alteracoes-propostas/> Acesso em: 17 jun. 2014.
- BRASIL. Decreto n. 10829, de 14 de outubro de 1987. Disponível em: http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/legislacao/DISTRITAL/2_DECRETO_10.829-87/Dec_10829-87_Preservacao_da_concepcao_urbanistica_de_Brasilia.pdf Acesso em: 17 jun. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/DPHAN. Processo administrativo preservação das características arquitetônicas e paisagísticas de Brasília. N.106090/60. Disponível em: <http://www.jobim.org/lucio/bitstream/handle/2010.3/1418/III%20B%2011-00692%20L.pdf?sequence=3> Acesso em: 17 jun. 2014.
- CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 150 p.
- CARPINTERO, Antônio Carlos. Brasília, patrimônio de quem? In: ALFONSIN, Betania; FERNANDES, Edésio (Coord.). **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Forum, 2010. 468p.
- CARVALHO, Luciana Menezes de. **Waldisa Rússio e Tereza Scheiner - Dois caminhos, um único objetivo: discutir Museu e Museologia**. In: Revista Museologia e Patrimônio, v. 4, n. 2. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:

<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/185/171>

Acesso em: 06 de junho de 2014.

CARVALHO, Ronald. A estadia de Le Corbusier no Rio de Janeiro. **Movimento Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.1, n.12, p.3, 6, dez. 1929.

CASTRO, Gustavo de. **Italo Calvino**: pequena cosmovisão do homem. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. 268 p.

CHOAY, Françoise. **Urbanismo**: Utopias e realidades, uma antologia (o). São Paulo: Perspectiva, 1979. 350 p

CHUVA, Márcia Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 480 p.

CONGRESSO Internacional de Arquitetura Moderna. Carta de Atenas. Atenas, novembro de 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>
Acesso em: 17 jun. 2014.

ENTREVISTA com Hermann Keyserling. **Movimento Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.1, n.11, p. 4-5, nov. 1929.

FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. **A invenção da superquadra**: o conceito de unidade de vizinhança em Brasília. Brasília, DF: Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, 2009. 527 p.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.12, n.33. São Paulo: fev. 1997. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=204:rbc-33&catid=69:rbc&Itemid=399 Acesso em: 16 jun. 2014.

GULLAR, Ferreira. Poema sujo - um trecho: Velocidades In: **Poema Sujo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013. 112 p.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 362 p.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. 1ª Ed. Salvador: EDUFBA, 2012. 331p.

JEUDY, Henri-Pierre. **O espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157 p.

KUBITSCHKE, Juscelino. Bilhete de JK a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Brasília, 15jun. 1960. Disponível em: <http://www.jobim.org/lucio/bitstream/handle/2010.3/1418/III%20B%2011-00692%20L.pdf?sequence=3> Acesso em: 17 jun. 2014.

LE CORBUSIER. **Movimento Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.1, n.11, nov. 1929.

MACHADO, Marília Pacheco. Superquadra: pensamento e prática urbanística. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB, 2007

MAIA, Flávia; RODRIGUES, Gizella. Renda define tipo de ensino. **Correio Braziliense**. Brasília, 11 nov. 2012. Disponível em: <http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmo.php?id=93001> Acesso em: 17 jun. 2014.

MEDEIROS, Lúcia de. **Brasília: um olhar moderno. Ou, como se gostar de uma cidade.** 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MONTEIRO, Evandro Ziggiatti. Cidades invisíveis visitadas. Uma leitura de Ítalo Calvino para compreender a paisagem urbana. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 08, n. 085.02, Vitruvius, jan. 2009 <<http://www.vitruvius.com.br/revista/read/resenhasonline/08.085/3050>>.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. A cidade imaginada ou o imaginário da cidade. In: **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, junho 1998

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 de out. 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 53, junho, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jun. 2014.

PESQUISA de Imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do Distrito Federal. 1983. SPHAN/Pró-Memória, CNDU, UnB, Codeplan. Mimeo. Brasília

PESSÔA, José Simões de Belmont. Brasília e o tombamento de uma ideia. In: **Seminários DOCOMOMO Brasil**, n. 5, 2003. São Carlos. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/074R.pdf> Acesso em: 16 jun. 2014.

POMPEU, Ana. Moradores se mobilizam contra a construção de creche na 204/5 da Asa Sul. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 jan. 2014. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/01/30/interna_cidadesdf,410346/moradores-se-mobilizam-contr-a-construcao-de-creche-na-204-5-da-asa-sul.shtml Acesso em: 17 jun. 2014.

RELATÓRIO Preliminar do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico, cultural e natural do DF, UnB/GDF/MinC. 1982, Brasília.

RELATÓRIO Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico, cultural e natural do DF, UnB/GDF/MinC. 1985, Brasília.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural.** 2003. 150f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ROUANET, Sergio Paulo. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?. **Revista USP**, Brasil, n. 15, p. 48-75, nov. 1992. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25668>>. Acesso em: 24 set. 2013.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.** Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980. 143 p.

WISNIK, Guilherme. Plástica e anonimato: modernidade e tradição em Lucio Costa e Mário de Andrade. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, nov. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jun. 2014.

APÊNDICE A – IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA E ROTEIRO DE PERGUNTAS

Yeda Virgínia Barbosa – Entrevistada em 25/03/2014. Arquiteta, mestre em Planejamento Urbana. Nasceu em São Paulo, mas mora em Brasília desde 1962. Atualmente é servidora do IPHAN no departamento de Patrimônio Imaterial. Integrou o GT-Brasília de 1982 a 1989.

Roteiro utilizado para a orientação das perguntas durante a entrevista:

1. O GT-Brasília foi uma tentativa de se definir uma nova metodologia pra uma política cultural relativa ao patrimônio. Você concorda com essa afirmação? Que fatores você apontaria para a sua criação? Que circunstancias o favoreceram?
2. Qual a sua avaliação acerca do processo que levou ao tombamento da cidade da forma como foi feito? A quem interessava o tombamento do Plano Piloto dessa maneira?
3. Como moradores e usuários se relacionam com Brasília?
4. Onde estão os documentos do GT-Brasília?

ANEXO A – QUESTIONÁRIO PESQUISA DE IMAGEM DO PLANO PILOTO JUNTO À POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

abaurrauto *Maio*

QUESTIONÁRIO Nº

1	2	3	4
0	2	7	1

A aplicação deste questionário é de iniciativa e responsabilidade da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN / SEC/MEC) que juntamente com o Governo do Distrito Federal (SEC/GDF) e a Universidade de Brasília (IAUr/UnB) constituíram o Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, tem por objetivo / extrair elementos que possam contribuir ao trabalho deste Grupo, no sentido de obter a imagem que a população que vive e usa Brasília tem da cidade, seus espaços, suas funções, de modo a se poder, com estes dados subsidiar o trabalho de preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, para esta mesma população, que é sua guardiã e beneficiária. Nesta etapa o objetivo do estudo é o Plano Piloto de Brasília.

Caso o entrevistado tenha interesse especial no trabalho, ou / queira prestar depoimento, ou contribuição ao trabalho que vem sendo desenvolvido, nos colocamos a disposição no endereço:

- Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K.
Fone 226 6400 R 52

Toda informação prestada contará com total discreção por parte deste órgão.

Gratos
GT Brasília

NOME: _____

TEMPO DE MORADIA: _____

6. ENDEREÇO: Maria do Socorro V. F. Almeida LOCALIDADE: Pl. Piloto

FONE PARA CONTATO: 073 8336

8. IDADE: 34

10. SEXO: Fem

11. PROFISSÃO: Professora

13. FAIXA DE RENDA FAMILIAR (marque a, b, c ou d)

a) de 0 a 2 sal. mínimos (até Cr\$ 70.000,00)

b) de 2 a 8 sal. mínimos (de Cr\$ 70.000,00 até Cr\$ 280.000,00)

c) de 8 a 15 sal. mínimos (de Cr\$ 280.000,00 até Cr\$ 520.000,00)

d) mais de 15 sal. mínimos (mais de Cr\$ 520.000,00)

4) Dos espaços que a cidade oferece para a circulação de seus habitantes, quais aqueles que são de sua preferência para o uso cotidiano (C) e quais são de sua preferência para as horas livres (L)? (Marque C ou L)

30. ☒ L eixo norte
☐ C L eixo sul

40. ☒ L eixinhos norte
☐ C L eixinhos sul
☒ L W3 norte
☒ L W3 sul
☐ C L W4/5 norte

45. ☐ C L W4/5 sul
☒ C Avenida das Nações
☒ C Eixo Monumental
☐ C L vias N2/S2 (atrás do Teatro Nacional e Touring, respectivamente)

☐ C ruas comerciais das quadras
50. ☐ C ruas do lago norte
☐ C ruas do lago sul
☒ C via de contorno do lago
☒ C via de contorno do Parque
☒ C via para Aeroporto

55. ☐ C L estrada para Guarã/Taguatinga
☐ C L estrada para Sobradinho/Planaltina
☐ C L estrada para Gama/Catetinho
☐ C L estrada para N. Bandeirante/Zoo

58. ☐ C L Via Estrutural

☒ L L2 Norte
☒ L L2 Sul

5) Dos espaços que a cidade oferece para você permanecer durante algum tempo, para diversas atividades, inclusive descanso e lazer, quais aqueles que são de sua preferência para o uso cotidiano (C) e quais aqueles que são de sua preferência para as horas livres (L)? (Marque C ou L):

6. ☐ C L nas áreas verdes das superquadras
☒ C "embaixo do bloco"
☐ C L nas áreas de lazer das entrequadras
☐ C L nos comércio locais

10. ☒ C torre
☐ C L espaço cultural "atrás da torre"
☐ C L espaço cultural 508 sul
☐ C L rodoviária
☐ C L rododiferroviária

15. ☐ C L setor de diversões norte (Conj. Nacional)
☐ C L setor de diversões sul ("CONIC")
☐ C L Pixa
☐ C L Setor Comercial Sul

☐ C L Setor Bancário Norte

20. ☐ C L Setor Bancário Sul
☒ L Esplanada dos Ministérios
☐ C L Catedral

☐ C L Praça dos 3 Poderes
☐ C L Praça do Buriti

25. ☐ C L Praça Portugal
☐ C L "Praínha"
☐ C L Gilberto Salomão
☐ C L Aeroporto

☐ C L clubes
30. ☐ C L na beira do lago
☒ C Parque da Cidade

☒ C Parque Nacional (Água Mineral)
☐ C L Barragem do Paranoá
☒ C Zoológico

35. ☐ C L Catetinho
☐ C L Parque do Gama
☐ C L Cachoeira do Sal
☐ C L Cachoeira da Saia Velha

40. ☐ C L Cachoeira da Muninha
☐ C L Cachoeira do Pipiripau
☐ C L Cachoeira de Itiquira
☐ C L Poço Azul

43. ☐ C L Lagoa Bonita

6) Em Brasília vêm ocorrendo algumas mudanças, como as que relacionamos abaixo. Dê sua opinião sobre quais acha que foram para melhor ou p/ pior.

	melhor	pior
44. transferência da Rodoviária para a Rododiferroviária.....	()	(X)
45. ligação das W3 norte e sul.....	(X)	()
modificação dos trevos no eixo sul.....	(X)	()
abertura da W1 norte.....	(X)	()
alterações nos tipos de edifícios comerciais locais norte, em relação aos da asa sul.....	(X)	()
alterações nos tipos de edifícios da W3 norte em relação aos da W3 sul.....	(X)	()
50. criação de novos blocos em áreas verdes de quadras já concluídas.....	(X)	()
fechamento de áreas públicas nos pilotis dos blocos, p/s. de festas, etc.....	(X)	()
transformação de áreas verdes públicas em estacionamentos.....	()	(X)
uso de áreas de lazer p/ construção de edifícios (Ex. Telebrasil 112S).....	()	(X)
inclusão do mastro da bandeira na Praça dos 3 Poderes.....	()	(X)
55. alterações nos sistema viário, ocasionando cruzamentos e adoção de se náforos (ex. W3 sul).....	(X)	()
especialização dos comércio entrequadra (farmácias 102S, boutiques 305S)...	(X)	()
locais de moradia diferenciados por nível de renda, em Brasília (Plano Piloto, Cidades Satélites).....	(X)	()
58. locais de moradia diferenciados por nível de renda, no Plano Piloto (lago, 700, 400, 300, etc).....	(X)	()

7) O que você sugere para que as opiniões das pessoas que usam o Plano Piloto de Brasília (aí moram, trabalham ou vêm frequentemente) possam ser ouvidas e utilizadas nas decisões sobre a cidade?

- ☐ pesquisas de opinião pública e divulgação de seus resultados
☐ divulgação dos problemas da cidade pelos meios de comunicação
☐ divulgação de trabalhos sobre Brasília (exposições, seminários, etc)
☒ oportunidades maiores de reivindicações na imprensa
☒ criação de opinião pública, com caixas coletoras de sugestões
☐ acesso da população às decisões

65. ☒ inativar e oficializar miniprefeituras
☐ inativar e oficializar associações de moradores
☐ melhorar o atual sistema administrativo da cidade
☐ criação de um órgão, no GDF, para contato direto com a população
☐ representação política para o DF
☐ 70. ☐ respeitar o plano original da cidade